



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

REDE NACIONAL COLABORATIVA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS - REDE PESCA BRASIL  
COMITÊ PERMANENTE DE GESTÃO DA PESCA E DO USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PELÁGICOS DAS REGIÕES  
SUDESTE E SUL (CPG SUDESTE E SUL)

**ATA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA**

REUNIÃO MISTA

SÃO PAULO/ SP, 10 e 11 de setembro de 2024

## 1. ABERTURA

A 2ª Reunião Ordinária do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Pelágicos das Regiões Sudeste e Sul (CPG Pelágicos SE/S) ocorreu nos dias 10 e 11 de setembro de 2024, de forma mista (presencial e videoconferência), sendo realizada na Sede da Superintendência Federal da Pesca e Aquicultura no Estado de São Paulo (SP), localizada na Rua Treze de Maio, 1558, Bela Vista na cidade de São Paulo – SP.

A Secretaria Executiva do CPG Pelágicos SE/S, Senhora Sandra Silvestre Souza, cumprimentou a todos os presentes e solicitou a gentileza de aguardar cinco minutos para a entrada de todos os membros. Em seguida, informou aos membros, convidados e ouvintes as boas práticas para a realização da reunião na modalidade mista. Ainda, enfatizou a importância do respeito ao tempo de fala de cada participante e para facilitar a interação, pediu que os representantes das instituições presentes levantassem a mão para solicitar a fala e pediu que os membros que participavam virtualmente utilizassem a função de levantar a mão no aplicativo Microsoft Teams.

Além disso, orientou os participantes virtuais a assinarem a lista de presença disponível no chat do aplicativo, enquanto os presentes deveriam registrar sua presença na lista física disponibilizada no local. A Secretaria Executiva do CPG Pelágicos SE/S, Senhora Sandra Silvestre Souza, também solicitou que todos mantivessem os microfones desligados fora do seu momento de fala e que as câmeras fossem mantidas ligadas.

A Secretaria Executiva do CPG Pelágicos SE/S, Senhora Sandra Silvestre Souza, ressaltou que qualquer falta de respeito não seria tolerada, e indicou que os



## MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

participantes deveriam ser sucintos em suas intervenções para evitar interrupções. A coordenadora finalizou desejando uma boa reunião a todos os membros.

Para a abertura, a Secretária Executiva do CPG Pelágicos SE/S, Senhora Sandra Silvestre Souza, primeiro agradeceu a Superintendência Federal da Pesca e Aquicultura no Estado de São Paulo pelo espaço físico cedido para realização da reunião e passou a palavra para o Superintendente Federal da Pesca e Aquicultura no estado de São Paulo, Sr. Audrey Rodrigues de Oliveira.

O Senhor Audrey Rodrigues de Oliveira (SFA –SP) cumprimentou a todos e deu as boas-vindas, ressaltando a honra de receber o Comitê no espaço da Superintendência e mencionou que era um momento importante da democracia, onde se discutia coletivamente com a sociedade civil as melhorias na gestão da pesca e colocou-se à disposição de todos. Desejou bom trabalho a toda a equipe agradecendo a presença de todos.

Em prosseguimento, a Secretária Executiva do CPG Pelágicos SE/S, Senhora Sandra Silvestre Souza, iniciou a apresentação dos membros, seguindo a ordem da Portaria MPA Nº 158, de 1 de dezembro de 2023, de designação dos membros do CPG Pelágicos SE/S e dos convidados pelas instituições.

## 2. PARTICIPANTES

Relação dos membros, representantes e convidados que participaram da 2<sup>a</sup> Reunião Ordinária do CPG Pelágicos S/SE, realizada em formato híbrido (presencial e por videoconferência):

### - Secretaria-executiva do CPG Pelágicos S/SE

Senhora Sandra Silvestre (Secretária Executiva)

Senhora Mariana Lobato (Secretária Adjunta)

Senhora Ítala Gabriela Sobral dos Santos (Apoio Técnico)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

**- Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)**

Senhor Jocemar Mendonça (MPA)

Senhor Alex Souza Lira (Convidado)

**- Ministério do Meio Ambiente (MMA)**

Senhor Roberto R. Gallucci (Suplente)

Senhor Kayque Silva de Oliveira (Convidado)

Senhor Antônio Lezama (Convidado)

**Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)**

Senhor Mauro Costa Cavalcante Filho (Titular)

**Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI)**

Senhor Iran Cardoso Júnior (Titular)

**Estado-Maior da Armada da Marinha do Brasil (EMA/MB)**

Senhor Eduardo Barros Fagundes Netto (Titular)

**- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)**

Senhor Luiz Roberto Louzada Junior (Titular)

Senhora Mariana Sales Fernandes (Suplente)

**- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)**

Senhor Antônio Alberto da Silveira Menezes (Suplente)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

**- Secretaria Executiva da Aquicultura e Pesca (SAQ)**

Senhor Tiago Bolan Frigo (Titular)

Senhor Valdori Alci de Almeida (Suplente)

**- Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca do Espírito Santo (SEAG-ES)**

Senhor Antônio Carlos (Titular)

**Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Estado do Rio Grande do Sul**

Senhor Marlon Hilgert Arenhardt (Titular)

**- Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná**

Senhor Marcello Fin Gossner (Titular)

**- Associação de Pescadores Profissionais Artesanais de Emalhe Costeiro de Santa Catarina (APPAECSC):**

Senhor Marcos Manoel Domingos (Titular)

**- Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí (AMFRI)**

Senhor Frank Max Marques (Suplente)

**- Coletivo Nacional da Pesca e Aquicultura (CONEPE)**

Senhor Jonathan Moraes (Titular)

Senhor Cadu Vilaça (Convidado)

**- Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores (CNPA)**



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Senhor Jerri Eduardo Morais (Titular)

Senhor Caetano Machado de Almeida Junior (Suplente)

**- Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Aéreos, na Pesca e nos Portos (CONTTMAF)**

Senhor José Henrique Pereira (Titular)

**- Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca do Brasil (FAEP-BR)**

Maria do Carmo Gominho Rosa (Titular)

**- Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Afins (FNTTAA)**

Senhor Jorge Machado da Silva (Titular)

**- Oceana Brasil**

Senhor Martin Coachman Dias (Titular)

**- Sindicato dos Armadores da Pesca do Estado do Rio Grande do Sul (SIDARPES -RS)**

Senhor Alexandre Carinha Novo (Titular)

**- Sindicato dos Armadores de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (SAPERJ)**

Senhor Alexandre Guerra Espogeiro (Titular)

**- Sindicato dos Armadores e das Indústrias da Pesca de Itajaí e Região (SINDIPI)**

Senhor Luiz Carlos Machado Matsuda Junior (Titular)

Senhor Wilson Santos (Convidado)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Senhora Luana Mallmann Specht (Ouvinte)

**Outras instituições**

Senhor Jorge Luiz Rodrigues Filho (UDESC)

Senhor José Ricardo Siviero (SAPESP)

Senhora Karinne Hoffmann (Secretaria de Aquicultura e Pesca de Santa Catarina)

Senhora Luana Sêga (Global Fishing Watch)

Senhor Marcelo da Silva (SFPA/SC)

Senhor Paulo Ricardo Schwingel (UNIVALI)

Senhor Caio Floriano dos Santos (Fórum da Lagoa dos Patos)

Senhora Geysa Marinho de Souza (UNIVALI)

Senhor Mauricio Roberto Conceição (Camil Alimentos)

**LISTA DE SIGLAS**

Com intuito de trazer maior clareza acerca das siglas utilizadas ao longo da reunião se fez necessário a construção da lista de siglas abaixo para maior compreensão dos leitores.

BTC	Banco Técnico-Científico
CONAPE	Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca
CPG	Comitê Permanente de Gestão
GT	Grupo de Trabalho
GTC	Grupo Técnico-Científico



## MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

MMA	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
MPA	Ministério Da Pesca e Aquicultura
S	Região Sul
SE	Região Sudeste
RAEP	Registro e Autorização de Embarcação Pesqueira
REAP	Relatório de Exercícios da Atividade Pesqueira
REC	Recomendação
RGP	Registro Geral da Atividade Pesqueira
SAP/MAPA	Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SNPI	Secretaria Nacional de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva
PMAP-SC	Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira - Santa Catarina
SERMOP	Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa
NCM	Nomenclatura Comum do Mercosul
CTR	Certificado de Registro e Autorização

### 3. TEMAS APRESENTADOS/DISCUTIDOS

#### 3.1. APROVAÇÃO DA AGENDA

A Secretária Executiva, Senhora Sandra Silvestre, apresentou a agenda a ser seguida ao longo dos 2 (dois) dias de reunião e informou que a Agenda Definitiva para a 2<sup>a</sup> Sessão Ordinária do CPG Pelágicos SE/S havia sido encaminhada previamente à apreciação e inclusão de pauta, por parte dos membros. Em seguida, submeteu a agenda para aprovação ao Plenário, a qual não houve objeção.

#### 3.2. APROVAÇÃO DA ATA DA 1<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA



A Secretária Executiva, Senhora Sandra Silvestre, mencionou que a ata da 1<sup>a</sup> Reunião Ordinária foi encaminhada a todos do CPG Pelágicos SE/S e solicitou comentários. O Senhor Tiago Bolan Frigo (Secretaria Executiva da Aquicultura e Pesca - SAQ) solicitou a leitura da ata antes da aprovação e mencionou que não havia recebido o documento. A Secretária Executiva, Senhora Sandra Silvestre, confirmou e pediu que a equipe verificasse o envio, ressaltando a necessidade de aprovação caso a ata tivesse sido enviada. Informou que o envio foi realizado em 27 de fevereiro de 2024.

Senhor Luiz Roberto Louzada Junior (IBAMA) comentou que recebeu a ata e enviou sugestões, mas não obteve retorno. A Secretária Executiva, Senhora Sandra Silvestre, perguntou se ele se identificou ao enviar as sugestões, e ele confirmou o envio em seu nome. A Secretária Executiva, Senhora Sandra Silvestre, garantiu que suas sugestões foram consideradas.

Após nova verificação, a Secretária Executiva, Senhora Sandra Silvestre Souza, constatou que a ata não foi enviada ao Senhor Tiago Bolan Frigo e comprometeu-se a enviá-la imediatamente, propondo um prazo adicional de 15 dias para sugestões e alterações, com a aprovação adiada para a próxima reunião. A Senhora Mariana Martins, Secretária Adjunta, verificou se todos receberam a agenda e o link da reunião e se prontificou a reencaminhar a ata para os mesmos e-mails. A Secretária Executiva, Senhora Sandra Silvestre Souza, pediu desculpas pelo erro, explicando que, com vários CPGs, essas situações podem ocorrer.

### **3.3. DEVOLUTIVAS DAS RECOMENDAÇÕES DA 1<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA (Coordenação CPG Pelágicos SE/S)**

A Senhora Sandra Silvestre Souza, Secretária Executiva do CPG Pelágicos SE/S, apresentou o andamento das recomendações da 1<sup>a</sup> Reunião Ordinária do CPG Pelágicos SE/S, destacando que as recomendações 1/2023, 2/2023, 3/2023 e 5/2023 seriam discutidas na Sessão Tainha.

O Senhor Wilson Santos (SINDIPI) questionou a classificação da recomendação



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

6/2023 como não atendida, afirmando que o SINDIPI enviou todos os dados em janeiro de 2024. A Senhora Sandra Silvestre Souza, Secretária Executiva do CPG Pelágicos SE/S, solicitou uma verificação pela equipe e, ao confirmar que o MPA não recebeu os dados, pediu que fossem reenviados.

O Senhor Luiz Carlos Machado Matsuda (SINDIPI) comentou sobre a recomendação 12, que sugere a disponibilização do SISTAINHA para inserção de dados antes da safra, em janeiro. Senhor Alex Lira (MPA) confirmou que, apesar da implementação em 2024 não ter sido possível em janeiro, para 2025 há um planejamento para liberar o SISTAINHA no início do ano, mas afirmou que o sistema permite reporte de dados de forma retroativa.

Senhor Luiz Carlos Machado Matsuda (SINDIPI) mencionou também a recomendação 14 e o prazo expirado do GT Tainha. A Senhora Sandra Silvestre Souza, Secretária Executiva do CPG Pelágicos SE/S, informou que as diretrizes sobre o GT Tainha seriam esclarecidas na Sessão Tainha.

**3.4. DEVOLUTIVA DO GRUPO TÉCNICO CIENTÍFICO SOBRE AS RECOMENDAÇÕES DA 1<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA DO CPG PELÁGICOS SUDESTE E SUL - Paulo Ricardo Schwingel (Coordenador GTC Pelágicos S/SE)**

O Senhor Paulo Ricardo Schwingel (UNIVALI), Coordenador do GTC Pelágicos SE/S, apresentou a organização dos trabalhos do grupo técnico, contextualizando as recomendações estabelecidas na primeira reunião ordinária, em dezembro de 2023, em Itajaí. Foram definidas quatro recomendações para o GTC: 1/2023, 2/2023, 3/2023 e 9/2023.

O Senhor Paulo Ricardo Schwingel (UNIVALI), explicou que, para cada recomendação, foi montado um painel com um responsável, um relator e colaboradores. O grupo trabalhou com as recomendações 1/2023, 2/2023 e 3/2023,



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

enquanto a 9/2023, relacionada à pesca da tainha, ainda aguarda avaliação de documentos enviados pelo MPA para a conclusão da recomendação.

Neste sentido, mencionou que as recomendações 2/2023 e 3/2023 foram finalizadas, mas a 1/2023, sobre o defeso para captura de iscas, precisa de ajustes devido a quantidade de documentos necessários para análise. O Senhor Paulo Ricardo Schwingel (UNIVALI) relatou que foi necessário revisão de atas da década de 2000 e 2010, notando que a Instrução Normativa não apresenta clareza nem justificativa sólida. Portanto, apresentaria um resultado parcial da recomendação 1/2023.

O Senhor Wilson Santos (SINDIPI) sugeriu anexar o trabalho sobre ovas da tainha à recomendação 9/2023. Senhor Paulo (UNIVALI) concordou e destacou que essa recomendação visa fornecer parecer sobre medidas de ordenamento para manter capturas dentro do LBA, porém o GTC apenas realiza avaliações de estoque, sem recomendar níveis de captura.

O Senhor Wilson Santos (SINDIPI) comentou sobre o item 3, explicando que a adição do período de defeso para a isca viva foi feita simultaneamente ao estabelecimento do defeso para a sardinha no meio do ano. Destacou que foi solicitado que todas as áreas operassem com defeso, incluindo a isca viva do bonito listrado. Então, enfatizou que não havia relação técnica além desse ponto e mencionou que, há 2 ou 3 anos atrás, a decisão técnica de eliminar o defeso do meio do ano para a sardinha tradicional deixou pendente a questão da isca viva para o atum, que deveria ter sido eliminada também, mas não foi. O Senhor Paulo Ricardo Schwingel (UNIVALI) confirmou que estava buscando documentos para apoiar essa questão.

A senhora Sandra Silvestre Souza, Secretária Executiva do CPG Pelágicos SE/S, interveio para organizar as intervenções, lembrando que a pauta de recomendações ainda seria discutida. O senhor Cadu Vilaça (CONEPE) reforçou a necessidade de manter o foco na agenda.



### **3.5. INFORMES E RECOMENDAÇÕES - Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa - SERMOP**

Dando prosseguimento à reunião, a Senhora Sandra Silvestre Souza, Secretária Executiva do CPG Pelágicos SE/S, passou a palavra ao Senhor Alex Souza Lira (MPA) para apresentação do próximo item da pauta.

O senhor Alex Souza Lira (MPA) trouxe informes sobre registro, monitoramento e pesquisa, com ênfase no monitoramento, pesquisa e estatística pesqueira e mencionou o lançamento de uma chamada pública pelo MPA, que, embora voltada principalmente para a pesquisa, abrange outras áreas e fornecerá subsídios importantes para o ordenamento pesqueiro. Além disso, citou o lançamento de uma lista com os pesquisadores que integram o banco técnico-científico, fundamental no processo de gestão.

Após a apresentação, a Secretária Executiva do CPG Pelágicos S/SE abriu espaço para comentários e dúvidas.

O Senhor Luiz Roberto Louzada Junior (IBAMA) questionou se o monitoramento no estuário da Lagoa dos Patos incluía áreas de pesca ilegal, considerando que cerca de 80% da pesca é realizada de forma clandestina, relatando apreensões recentes de embarcações ilegais com sonar e redes de emalhe anilhado, e perguntou se esses pontos de pesca ilegal seriam monitorados e se o sistema de estatísticas incluiria dados de fiscalização ambiental.

O Senhor Alex Souza Lira (MPA) respondeu que o projeto busca mapear áreas que não são necessariamente pontos formais de monitoramento, contando atualmente com 59 pontos de desembarque mapeados na região. Ademais, esclareceu que o trabalho ocorre em parceria com o Fórum da Lagoa dos Patos e pescadores locais, visando registrar todos os pontos de desembarque. O Senhor Alex Souza Lira (MPA)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

também explicou que o Sistema Nacional de Estatística Pesqueira incluirá um módulo para inserção de dados por usuários externos, permitindo que instituições como o IBAMA e ICMBio sigam protocolos padronizados para contribuir com dados no sistema, promovendo uma coleta uniforme e acessível para diferentes organizações.

A Senhora Sandra Silvestre Souza, Secretária Executiva do CPG Pelágicos SE/S, reforçou que os participantes mencionem nome e instituição ao falar para facilitar a relatoria da ata. O Senhor Jocemar Mendonça (MPA) informou que o Fórum da Lagoa dos Patos iniciou reuniões em julho e que a revisão da norma de pesca no estuário, com ênfase na pesca ilegal, está em andamento. O Senhor Jorge Machado (FNTTAA) perguntou se a regulamentação da Lagoa dos Patos será estendida ao litoral da Costa Sul e Sudeste, questionando também se as normas aplicarão distinções entre pesca artesanal e industrial.

O Senhor Luiz Roberto Louzada Junior (IBAMA) relatou flagrantes de pesca industrial ilegal na lagoa e destacou a importância de coibir essas práticas e explicou que a Lagoa dos Patos possui normas específicas, diferentes das regras aplicadas à área marinha adjacente. Senhor Alex Souza Lira (MPA) confirmou que as normativas da lagoa e da área externa são independentes e que, no momento, não se considera integrar essas regulamentações, mantendo-se regras locais distintas para a Lagoa dos Patos e para a costa.

O Senhor Luiz Carlos Machado Matsuda (SINDIPI) expressou interesse em obter detalhes sobre operações que registraram embarcações industriais ilegais usando redes anilhadas, visando integrar dados concretos ao plano de gestão da corvina. O Senhor Luiz Roberto Louzada Junior (IBAMA) informou que esses dados estão disponíveis no site do IBAMA, e podem ser consultados diretamente ou solicitados via Lei de Acesso à Informação, caso necessário.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A Senhora Sandra Silvestre Souza, Secretária Executiva do CPG Pelágicos SE/S, perguntou se a operação citada tinha como alvo a tainha ou a corvina, e o Sr. Luiz confirmou que era a tainha.

O Senhor Alexandre Carinha Novo (SIDARPES -RS) destacou a necessidade de suspender a construção de novas embarcações para controlar a sobrepesca na lagoa e na área marinha, onde embarcações não monitoradas impactam espécies como a tainha. Assim, sugeriu que a fiscalização, junto ao MPA, FURG e Colônias de Pescadores implementem medidas como rastreamento e catalogação de embarcações existentes e alertou sobre mini traineiras que pescam indiscriminadamente e mencionou mudanças nas regras para a pesca artesanal, agora permitindo barcos maiores. Concluiu defendendo metodologias de fiscalização mais abrangentes e eficazes, além das ações pontuais, assim, sugeriu que o CPG promova mais encontros e regionalizados com grupos menores para discutir soluções para a fiscalização.

A Senhora Sandra Silvestre Souza, Secretária Executiva do CPG Pelágicos SE/S, acrescentou que a construção de novas embarcações exige Permissão Prévia de Pesca, mas muitos estaleiros estão desrespeitando essa exigência, inclusive fora do Rio Grande do Sul.

O Senhor Luiz Roberto Louzada Junior (IBAMA) informou que o órgão possui dados sobre embarcações registradas, sendo 27.000 cadastradas no SISGRP e 110.000 na Marinha. Destacou que o IBAMA pode destruir embarcações sem registro, se consideradas piratas. Ainda, reforçou a necessidade de normas rigorosas do MPA para evitar a legalização dessas embarcações e interromper a pesca ilegal.

O Senhor Alexandre Carinha Novo (SIDARPES -RS) expressou preocupação com a falta de exigência de Permissão Prévia de Pesca para construção de embarcações pela Marinha e destacou a necessidade de rigor na arqueação das embarcações e do consenso entre MPA, IBAMA e Marinha. A Senhora Sandra Silvestre Souza, Secretária Executiva do CPG Pelágicos SE/S, informou que o MPA já



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

tratou do tema com a Marinha, que orientou as Capitanias a registrar apenas embarcações com Permissão Prévia de Pesca.

O Senhor Mauro Costa Filho (Ministério do Trabalho) mencionou que erros de arqueação e comprimento das embarcações foram detectados e sugeriu a adoção de uma força-tarefa para inspeções mais rigorosas, como ocorre no Ceará na temporada da lagosta. O Senhor Jorge Machado (FNTTAA), alertou que há muito mais embarcações operando do que o número registrado oficialmente, além de conflitos entre pesca esportiva e artesanal, e defendeu que não se deve punir embarcações legalizadas. Em seguida, apontou que a falta de uma distinção clara entre pesca artesanal e industrial é um dos principais desafios da atividade pesqueira no Brasil, e pediu maior fiscalização por parte da Marinha e do Ministério do Trabalho.

O Senhor Cadu Vilaça (CONEPE) concordou, ressaltando que a autoridade marítima tem um cadastro de 110.000 embarcações, enquanto a autoridade pesqueira registra apenas 25.000. Logo, defendeu a unificação desses cadastros e uma revisão rigorosa para identificar as embarcações aptas a operar. O Senhor Alexandre Carinha Novo (SIDARPES -RS) reforçou que sem essa revisão, normas de recuperação da corvina afetariam apenas uma fração das embarcações legais, enquanto muitas outras continuariam sem regulamentação. Portanto, enfatizou a necessidade de ações emergenciais, destacando a ineficácia da fiscalização atual, comparando-a a "enxugar gelo".

Senhor Luiz Roberto Louzada Junior (IBAMA) esclareceu que acredita haver mais de 110.000 embarcações registradas, segundo a Marinha e o governo federal. Neste sentido, mencionou que a legislação para a destruição de embarcações segue um protocolo rigoroso e se aplica apenas a barcos piratas, que operam sem documentação oficial e enfatizou que essas embarcações ilegais são as que mais prejudicam os ecossistemas marinhos e lacustres.

Senhora Sandra Silvestre Souza, Secretária Executiva do CPG Pelágicos SE/S, expressou que, apesar da importância da discussão, não espera uma solução definitiva



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

no âmbito do CPG Pelágicos SE/S, mas enfatizou a necessidade de incluir o tema nas futuras deliberações. O Senhor Jocemar Mendonça (MPA) comentou sobre a declaração de embarcações registradas, esclarecendo que esses dados incluem diferentes categorias, como a pesca amadora, e sugeriu um esforço conjunto entre o MPA e a Marinha para filtrar e regularizar embarcações, especialmente aquelas envolvidas em atividades ilícitas. Além disso, alertou que a destruição de embarcações pode gerar um impacto midiático, mas não resolve o problema de forma isolada, e que é crucial considerar a realidade de cada pescador.

Senhor Jorge Machado (FNTTAA) abordou a confusão na classificação das embarcações em relação à arqueação bruta, mencionando que a atual distinção entre embarcações artesanais e industriais tem sido problemática. Desta forma, sugeriu revisar a classificação das embarcações para retornar a critérios mais adequados à realidade do setor, destacando que muitas embarcações artesanais operam irregularmente e permanecem "invisíveis" para as autoridades. Continuou a destacar que tanto a Marinha, quanto o Ministério do Trabalho e a Polícia Ambiental têm dificuldades em identificar irregularidades nas embarcações, resultando em fiscalização mais rigorosa e penalizações apenas para as embarcações industriais, que frequentemente enfrentam apreensões, o que gera descontentamento entre os trabalhadores celetistas, que se sentem desamparados.

A Senhora Sandra Silvestre Souza, Secretária Executiva do CPG Pelágicos SE/S, agradeceu os comentários e mencionou que a discussão já aborda possíveis modificações na Lei da Pesca.

O Senhor Marcos Manoel Domingos (APPAECSC), por sua vez, trouxe à tona a questão do monitoramento, citando relatos de frotas clandestinas no Rio Grande do Sul e outros estados que operam sem registro adequado ou apenas com registros da autoridade marítima, sem permissão do Ministério da Pesca e Aquicultura. Alertou que a produção dessas frotas irregulares é absorvida pelo mercado, muitas vezes com a conivência das frotas regularizadas, resultando em produtos de origem irregular sendo



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

comercializados normalmente. Por isso, sugeriu que, para melhorar o monitoramento, é necessário formalizar a cadeia de comercialização, como feito com outras espécies, para permitir a rastreabilidade do produto.

A Senhora Sandra Silvestre Souza, Secretária Executiva do CPG Pelágicos SE/S, passou a palavra ao Senhor Mauro Costa Cavalcante Filho (Ministério do Trabalho), e anunciou o encerramento das inscrições para fala. O Senhor Mauro Costa Cavalcante Filho (Ministério do Trabalho) elogiou as intervenções do Senhor Marcos Manoel Domingos (APPAECSC) e Senhor Jorge Machado (FNTTAA), bem como enfatizou que o Ministério do Trabalho baseia suas ações na realidade observada a bordo das embarcações, alinhando-se aos princípios da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para garantir condições de trabalho decentes, sem distinção entre pesca industrial e artesanal. Além disso, ressaltou a importância de condições mínimas de higiene e segurança na pesca artesanal, considerando-a uma atividade comercial que deve seguir os mesmos padrões das demais. Por fim, o Senhor Mauro Costa Cavalcante Filho (Ministério do Trabalho) afirmou que, apesar das dificuldades enfrentadas pelo Ministério, o compromisso de combater irregularidades permanece firme.

A Senhora Sandra Silvestre Souza, Secretária Executiva do CPG Pelágicos SE/S, agradeceu as contribuições, reconhecendo a relevância da discussão, e afirmou que não seria possível resolver a questão na reunião, mas que o tema está sendo monitorado por IBAMA, Ministério da Pesca e Aquicultura, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e Marinha do Brasil e, em seguida, encerrou a pauta.

**3.6. DEVOLUTIVA DO GRUPO TÉCNICO CIENTÍFICO SOBRE A RECOMENDAÇÃO 2/2023 - Paulo Ricardo Schwingel (Coordenador GTC Pelágicos S/SE)**

A Senhora Sandra Silvestre Souza, Secretária Executiva do CPG Pelágicos SE/S, deu início à Sessão Sardinha apresentando o primeiro item de pauta sobre a devolutiva do Grupo Técnico-Científico (GTC) referente à Recomendação 2/2023,



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

explicando que a recomendação sugere a revisão da periodicidade de reporte de amostras exigida pela Instrução Normativa SAP/MAPA nº 18, de 2020, devido à elevada quantidade de amostras que as empresas devem reportar.

O Senhor Paulo Ricardo Schwingel (Coordenador GTC), iniciou sua apresentação afirmando que a questão é relativamente simples e explicou que as indústrias enlatadoras devem coletar entre 250 e 300 amostras, conforme a normativa, e congelar 60 delas para análise posterior por instituições autorizadas. Neste sentido, expressou preocupação com a falta de recursos e estrutura para atender à demanda, mencionando as dificuldades logísticas e de pessoal da Univali, responsável pela coleta e análise das amostras. Relatou que a periodicidade semanal de coleta se mostrou incompatível com a capacidade de processamento da instituição, que coletou 144 amostras em 2021, totalizando cerca de 9.000 indivíduos de peixes. Senhor Paulo Ricardo Schwingel (Coordenador GTC) mencionou que cada amostra demanda um dia inteiro de trabalho para as análises necessárias, que incluem a coleta de gônadas e otólitos para determinar o ciclo reprodutivo e a idade dos peixes.

Senhor Paulo Ricardo Schwingel (Coordenador GTC) destacou que um profissional dedicado integralmente à coleta e análise de amostras precisaria de 144 dias úteis por ano apenas para essa tarefa, sem contar o tempo adicional para compilar e organizar os dados em planilhas. Senhor Paulo Ricardo Schwingel (Coordenador GTC) reportou que o armazenamento das amostras também é um desafio. Ainda, citou a sobreposição espaço-temporal das amostras, com várias embarcações operando na mesma área, resulta em dados redundantes.

Diante dessas dificuldades, o Grupo Técnico-Científico (GTC) recomendou revisar a periodicidade de coleta de amostras, buscando um equilíbrio entre a necessidade de dados e a capacidade de análise das instituições. Assim, concluiu que o GTC propôs alterar a periodicidade de coleta de amostras de semanal para mensal na Instrução Normativa SAP/MAPA nº 18, de 2020. Afirmou que com essa mudança, uma empresa armazenaria, no máximo, 7 amostras ao longo do ano, considerando a



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

temporada de pesca de 7 meses. E mencionou que caso seja necessário coletar mais indivíduos, pesquisadores poderiam realizar uma coleta adicional, aumentando a capacidade de processamento. Logo, destacou que com a periodicidade mensal, a coleta anual poderia ser reduzida para 25 a 30 amostras, um número viável para processamento.

Senhor Wilson Santos (SINDIPI) elogiou a posição do GTC e questionou se a diminuição da quantidade de amostras na normativa não poderia prejudicar o cálculo da biomassa da sardinha, que se baseia no peso e tamanho dos indivíduos. O Senhor Wilson Santos (SINDIPI) também perguntou se quando essa quantidade foi determinada sua finalidade era calcular a biomassa das sardinhas.

Senhor Paulo Ricardo Schwingel (Coordenador GTC) explicou que a amostragem é essencial por várias razões, incluindo a verificação do período de defeso, permitindo acompanhar o ciclo reprodutivo das sardinhas. Mencionou que os dados coletados justificaram mudanças na época do defeso, uma vez que as alterações climáticas anteciparam o ciclo reprodutivo e justificou que a amostragem fornece informações para avaliações de estoque, como distribuição de tamanhos e idades. Também mencionou que a situação da captura na época em que a normativa foi criada era diferente, com capturas variando entre 15 e 18 toneladas por ano, impactadas pelo fenômeno El Niño entre 2014 e 2016. Essa situação levou à adoção de amostragens semanais para monitorar o estado do estoque. Destacou que atualmente, as capturas variam entre 30 e 40 toneladas, com perspectivas de ultrapassar 80 toneladas em 2024, tornando a periodicidade semanal inviável.

Adicionalmente, o Senhor Paulo Ricardo Schwingel (UNIVALI) fez um breve relato sobre a sardinha, classificada como um pequeno pelágico, e com um ciclo de vida curto, atingindo no máximo 4 a 5 anos, sendo vulnerável a mudanças ambientais, ressaltando a importância de monitoramento constante. Finalizou dizendo que a geração de dados anuais é fundamental, pois a sardinha apresenta variações rápidas,



e seu monitoramento cuidadoso é essencial devido às flutuações nas condições climáticas.

Martin Dias (Oceana) questionou a necessidade de intervalos de amostragem menores para sardinhas, dado seu curto ciclo de vida e o fato de a pesca ocorrer em apenas 7 meses. Argumentou que, para monitorar a desova e determinar o período de defeso, um intervalo mensal poderia ser suficiente, mas destacou que, para construir um modelo de avaliação de estoque, a abordagem deveria ser diferente. Como a sardinha apresenta uma desova parcelada, uma coleta mensal resultaria em apenas 7 amostras ao longo do ano, exigindo a medição de 5.000 a 6.000 peixes para entender a dinâmica do estoque. Portanto, sugeriu que a solução não seria reduzir o número de amostras, mas sim aumentar a capacidade de processamento, pois a redução poderia comprometer a resolução dos dados essenciais para a pesca sustentável.

O Senhor Paulo Ricardo Schwingel (Coordenador GTC) concordou que mais amostras melhoram a análise, especialmente para organismos menores como os pelágicos e sugeriu considerar uma periodicidade quinzenal para a coleta, que incluiria amostras de diferentes locais de desembarque, potencialmente somando mais de 20 amostras. Além disso, destacou que, em 25 anos de experiência, nunca houve recusa das empresas para colaborar na coleta de dados. Embora avaliações mais complexas de estoque sejam desejáveis, a falta de estrutura e equipe limita esse avanço.

Senhor Martin Dias (Oceana) sugeriu a necessidade de um trabalho mais estruturado para a coleta e organização de dados, ressaltando que o maior desafio atual é o processamento dos dados, não a coleta, citou também editais e termos de execução descentralizada estão sendo disponibilizados e a possível colaboração com a SERMOP para um trabalho mais elaborado. Martin Dias (Oceana) mencionou que talvez a pesca da sardinha seja a pescaria mais importante do CPG.

Senhor Paulo Ricardo Schwingel (Coordenador GTC) mencionou que a complexidade dos editais impede a sua participação atualmente e ressaltou a falta de projetos financiados por órgãos federais para processamento de dados, tornando-o



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

dependente das iniciativas dos pesquisadores e empresas privadas. Informou que na UNIVALI estão progredindo em estudos que utilizam otolitos e estruturas de crescimento para investigar os efeitos das mudanças climáticas sobre os organismos, indo além das práticas tradicionais de gestão pesqueira. E destacou que, se forem obtidos dados sobre o tamanho e a idade dos organismos, modelos de avaliação de estoque mais complexos poderão ser aplicados, embora atualmente não haja recursos federais disponíveis para esse trabalho. Também considerou o comentário do Senhor Martin Dias (Oceana) relevante, mencionando que uma captura entre 80.000 e 100.000 toneladas representaria um quinto da pesca nacional, impactando diretamente mais de 20.000 pessoas em Santa Catarina, o que justifica uma atenção especial. Assim, o Senhor Paulo Ricardo Schwingel (Coordenador GTC) concluiu que, dada a vulnerabilidade desse recurso às mudanças climáticas, um monitoramento constante é fundamental e sugeriu incluir essa questão como pauta na reunião.

A Senhora Sandra Silvestre Souza, Secretária Executiva, agradeceu e confirmou que o assunto foi adicionado à pauta. Em seguida, Senhor Cadu Vilaça (CONEPE) enfatizou a necessidade de revisar a periodicidade e criar uma estrutura e um protocolo de amostragem viáveis, observando que adquirir um contêiner para amostras não é eficaz se a análise ocorrer após a perda de valor das amostras.

Senhor Paulo Ricardo Schwingel (Coordenador GTC) concordou com o Senhor Cadu Vilaça (CONEPE), ressaltando que o ciclo de vida curto do organismo torna as informações rapidamente obsoletas, o que torna a manutenção de séries temporais de dados essencial.

O Senhor Luiz Roberto Louzada Junior (IBAMA) alinhou suas observações às do Senhor Martin Dias (Oceana), enfatizando as características da sardinha, como o ciclo de vida e as mudanças ambientais que podem afetar a pescaria. Argumentou que, considerando a IN do IBAMA, elaborada em um contexto de perda de safra, não vê necessidade de alteração, pois a norma já prevê o armazenamento de 60 indivíduos para recolhimento, sem exigir o processamento de todas as amostras, o que é



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

conservador em relação ao ciclo de vida da espécie. Também destacou a importância da colaboração entre órgãos governamentais, setor produtivo e academia, mencionando que a Univali é responsável pelas coletas. Senhor Luiz Roberto Louzada Junior (IBAMA) sugeriu que o professor elaborasse um ofício para o MPA e o IBAMA relatando a necessidade de alteração da periodicidade a cada ano.

Senhor Luiz Roberto Louzada Junior (IBAMA) reafirmou que a IN trata do recolhimento, não do processamento das amostras. Senhora Sandra Silvestre Souza, Secretária Executiva, acrescentou que as empresas devem apresentar amostras de 250 a 300 indivíduos semanalmente, justificando assim a recomendação de redução da periodicidade.

Senhor Paulo Ricardo Schwingel (Coordenador GTC) enfatizou que a obrigatoriedade de pesagem e medição requer a alocação de um funcionário pelas empresas para essa tarefa e compartilhou sua experiência com as operações das empresas, destacando a complexidade logística da medição e pesagem no cais, além da necessidade de espaço adequado para o armazenamento das amostras.

Senhor Luiz Roberto Louzada Junior (IBAMA) afirmou que a periodicidade mensal das coletas pode ser autorizada, desde que haja comunicação oficial. Para safras entre 80.000 e 100.000 toneladas, uma amostra mensal é adequada, com a possibilidade de aumentar a frequência em caso de quebra de safra. Senhor Luiz Roberto Louzada Junior (IBAMA) concluiu que a norma atual é conservadora e que uma comunicação formal do professor responsável é suficiente para ajustar a periodicidade das coletas, sem necessidade de alteração nas normas.

Senhor Paulo Ricardo Schwingel (Coordenador GTC) comentou que a safra de 2024 está se encerrando, e as recomendações discutidas pelo grupo são direcionadas para 2025. Explicou que o GTC normalmente avalia recomendações do CPG e pode também propor novas solicitações ao MPA conforme necessário. Além disso, ressaltou



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

que, caso surjam novas demandas para avaliações de estoque, o esforço de amostragem poderá ser intensificado.

O Senhor Paulo Ricardo Schwingel (Coordenador GTC) também destacou que as mudanças climáticas estão afetando os recursos pesqueiros, especialmente a sardinha e disse ser importante distinguir eventos naturais, como o fenômeno El Niño, que impacta a captura da sardinha, e as mudanças climáticas em geral. Senhor Paulo Ricardo Schwingel (Coordenador GTC) mencionou estar envolvido em estudos sobre a conectividade entre as condições do Oceano Pacífico e as do sudeste e sul do Brasil, destacando que essa conectividade tem levado a quedas drásticas na captura de sardinha, com a redução de 100 mil toneladas para 15 mil toneladas em apenas dois anos.

Paulo Ricardo Schwingel (Coordenador GTC) destacou um aumento na temperatura da superfície do mar nas regiões sudeste e sul do Brasil, com um aquecimento de aproximadamente  $0,04^{\circ}\text{C}$  por ano, resultando em um aumento de  $1^{\circ}\text{C}$  em 25 anos. E relatou eventos recentes de aquecimento significativo em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, afetando a dinâmica da sardinha, que agora apresenta um período de desova mais longo e antecipado, começando já no final de setembro, algo impensável há 20 anos e mencionou que o período de defeso também mudou, passando de 15 de dezembro para o início de outubro.

Paulo Ricardo Schwingel (Coordenador GTC) enfatizou que a proteção do período de desova tem contribuído para a manutenção dos estoques de sardinha, que atualmente estão se expandindo para além das latitudes padrões de  $22^{\circ}$  a  $29^{\circ}$ , com relatos de sua presença em águas fronteiriças com o Uruguai, pois as "temperaturas de captura" aumentaram em cerca de  $4^{\circ}\text{C}$ , refletindo alterações nos padrões de captura devido às mudanças climáticas.

Paulo Ricardo Schwingel (Coordenador GTC) ressaltou a importância de monitorar essas mudanças e a necessidade de uma estrutura adequada para o processamento de dados e avaliação de estoques. Comentou sobre um edital voltado



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

para estudos biológicos na região, além do projeto "SATSAR", que monitora as condições ambientais da sardinha e coleta dados diários. E finalizou destacando que uma abordagem de amostragem mais detalhada é crucial para identificar variações climáticas, reiterando a necessidade de infraestrutura e logística adequadas para melhorar o acompanhamento das condições ambientais e dos estoques de sardinha.

Senhor Luiz Carlos Machado Matsuda (SINDIPI) agradeceu ao professor pela apresentação e esclareceu que existem duas abordagens de amostragem: uma pela instituição de pesquisa e outra pelas empresas, questionando se a proposta manteria o esforço da empresa.

Senhor Luiz Roberto Louzada Junior (IBAMA) reiterou a necessidade de um documento formal do responsável técnico solicitando autorização para a mudança na periodicidade de coleta de dados, que seria confirmada pelo IBAMA e MPA. Senhor Luiz Roberto Louzada Junior (IBAMA) enfatizou a importância de aumentar a segurança do setor pesqueiro, evitando amostragens excessivas, e reconheceu as questões logísticas e de armazenamento dos dados.

Senhor Luiz Roberto Louzada Junior (IBAMA) agradeceu ao professor, mas ressaltou que não é necessário alterar a norma vigente, pois ela é conservadora e adequada, considerando a vulnerabilidade da sardinha e as mudanças climáticas. Senhor Luiz Carlos Machado Matsuda (SINDIPI) sugeriu acrescentar um parágrafo à norma para permitir a redução da periodicidade de coleta até que uma avaliação estruturada do estoque seja realizada, destacando que a condição atual é diferente da de anos anteriores.

Senhor Luiz Roberto Louzada Junior (IBAMA) apoiou a ideia de uma abordagem mais flexível, mas destacou que as normas não acompanham a dinâmica das mudanças ambientais e das variações na captura da sardinha. Senhor Luiz Roberto Louzada Junior (IBAMA) enfatizou a importância da colaboração entre a indústria, o setor produtivo e os órgãos governamentais, e que uma comunicação adequada entre o professor responsável pelas amostragens e o IBAMA e MPA é suficiente para



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

determinar a periodicidade das coletas. Senhor Luiz Roberto Louzada Junior (IBAMA) finalizou ressaltando a importância de uma abordagem preventiva na norma, especialmente em relação à vulnerabilidade da sardinha às variações climáticas atuais.

O Senhor Cadu Vilaça (CONEPE) expressou preocupações sobre a abordagem do IBAMA, indicando que a norma estabelecida não deve ser ignorada pelo coordenador do grupo técnico, o que levanta dúvidas sobre a conformidade do processo. Senhor Cadu Vilaça (CONEPE) ressaltou também que o Ministério Público pode questionar a quantidade de amostras coletadas e sugeriu uma revisão da norma devido à falta de capacidade de processamento. Senhor Cadu Vilaça (CONEPE) enfatizou a necessidade de estruturar um sistema viável de coleta para evitar o acúmulo de amostras não utilizadas.

Senhor Luiz Roberto Louzada Junior (IBAMA) respondeu que não houve intenção de burlar a norma, que todas as ações precisam de autorização e ressaltou a importância de criar uma estrutura para melhorar o processamento e análise de dados, com a participação de mais profissionais, para obter estatísticas mais precisas e uma avaliação adequada dos estoques. Ressaltou a necessidade de promover uma comunicação mais efetiva entre o setor e os órgãos do governo e mencionou um fato, entre 2016 e 2019, da suspensão da IN 166 para o litoral de São Paulo devido a questões locais.

Senhora Sandra Silvestre Souza, Secretária Executiva, afirmou entender que, por estar definida na norma a periodicidade semanal, uma definição de mudança na coleta de amostras por meio de ofício pode trazer insegurança jurídica. O MMA mencionou que o problema decorre da redação e não parece ser complexo de resolver, sugerindo para simplificar, retirar da normativa o quantitativo de indivíduos e a periodicidade. O MMA sugeriu que poderia ser adicionado ao texto da normativa que a periodicidade e a quantidade de amostras serão definidas e comunicados pelo MPA por meio de seu site, seguindo as recomendações do GTC.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Senhor Paulo Ricardo Schwingel (Coordenador GTC) expressou preocupações sobre a possibilidade de insegurança ao exigir que o GTC gerasse informações anuais, o que necessitaria da criação de uma instrução normativa todos os anos. Por isso, ressaltou a importância de definir um número mínimo de amostras, enfatizando que as sete amostras citadas são apenas o mínimo mensal, permitindo a coleta de mais amostras mediante solicitação, a qual nunca foi negada pelas empresas até o momento. Destacou que as condições climáticas afetam a sardinha mais do que outras espécies, sugerindo que avaliações de estoque a cada dois anos seriam ideais, embora uma avaliação anual também pudesse definir valores de captura. E concluiu que uma infraestrutura adequada e apoio do MPA são essenciais para manter um sistema de amostragem eficaz, permitindo um aumento no esforço amostra. Portanto, sugeriu que representantes da indústria se manifestassem sobre o assunto.

Senhor Maurício Roberto Conceição (Camil Alimentos) reafirmou seu compromisso em apoiar iniciativas que agreguem valor ao trabalho, enfatizando a necessidade de mais conhecimento sobre a espécie e o interesse da indústria em colaborar com estudos.

Senhora Sandra Silvestre Souza, Secretária Executiva, agradeceu a Senhor Maurício Roberto Conceição (Camil Alimentos) e informou que representantes do MPA estavam inscritos para falar, mencionando que as discussões estavam se prolongando mais do que o esperado e que precisariam seguir o cronograma.

Senhor Jocemar Mendonça (MPA) concordou com Senhor Cadu Vilaça (CONEPE) sobre a necessidade de modificar a norma para evitar futuras complicações. Ressaltou que a norma deve considerar a variabilidade dos recursos e a necessidade de uma estrutura para armazenar as amostras, propondo um planejamento anual para a coleta e análise de dados. Enfatizou a importância da participação do MMA e do MPA nesse processo para identificar os incentivos necessários para a coleta de dados.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Senhora Mariana Martins, Secretária Adjunta, sugeriu que as partes apresentem textos com propostas de encaminhamentos, pois seria difícil para a mesa sintetizar um consenso devido às divergências nas posições já apresentadas. Ainda, respondeu em relação ao programa de monitoramento proposto pelo MMA, que uma das recomendações da reunião de dezembro do ano passado era revisar o plano de gestão da sardinha, considerando as mudanças climáticas. Senhora Mariana Martins, Secretária Adjunta, complementou que a sugestão foi apoiada pelos professores Schwingel e Lauro Madureira e que atualmente não existe um plano de gestão que aborde essa questão, e destacou que a recomendação ainda não foi atendida. Ressaltou que o país enfrenta desafios em capacidade institucional e profissional para lidar com essas questões, e há a necessidade de um monitoramento a longo prazo. Por fim, mencionou que é necessário considerar o custo-benefício dos dados, reconhecendo que a coleta se torna inviável quando o ganho de informação não justifica os custos envolvidos. Acrescentou que a avaliação proposta deve ser baseada no histórico de dados e observou-se que a coleta de dados já ocorre há mais de 20 anos e que a amostragem atingiu um ponto em que a curva de informações biológicas sobre o estoque da pescaria é perceptível, apesar das variações.

Senhor Paulo Ricardo Schwingel (Coordenador GTC) mencionou que a criação de diretrizes é crucial para oferecer estabilidade aos pescadores e à indústria, evitando oscilações significativas, como a variação de 100.000 toneladas para 15 toneladas em dois anos, que pode impactar o setor de sardinha. E destacou que a coleta de mais informações e um acompanhamento contínuo são necessários, considerando tanto as condições biológicas quanto as variações climáticas, para prever cenários futuros e subsidiar as avaliações de e

Senhora Sandra Silvestre Souza, Secretária Executiva, agradeceu aos membros do GTC e ao professor Paulo Ricardo Schwingel (Coordenador GTC) pela dedicação ao trabalho. Após isso, foi proposto um intervalo para o almoço, observando



que as discussões da manhã foram livres, mas a tarde exigiria intervenções mais diretas devido ao tempo limitado. A reunião foi, então, pausada para o almoço.

**3.7. DEVOLUTIVA DO GRUPO TÉCNICO CIENTÍFICO SOBRE A RECOMENDAÇÃO 1/2023 - Paulo Ricardo Schwingel (Coordenador GTC Pelágicos S/SE)**

A Recomendação 1/2023, apresentada pela Senhora Sandra Silvestre Souza, Secretária Executiva, sugere a revogação do artigo 2º da Instrução Normativa IBAMA nº 16/2009, que impõe o período de defeso para captura de sardinha verdadeira usada como isca para pesca de vara e isca viva.

O Senhor Paulo Ricardo Schwingel (Coordenador GTC) explicou que a análise considera o alinhamento com o período de defeso da IN SAP/MAPA nº 18/2020 e destacou que a Sra. Geysa Marinho de Souza, relatora da recomendação, traria comentários posteriores. Senhor Paulo Ricardo Schwingel (Coordenador GTC) destacou que a análise enfrenta desafios devido à falta de justificativas claras na documentação histórica, especialmente nos anos de 2008-2009, sobre a criação dessa proibição para pesca com vara e isca viva e leu a Instrução Normativa, destacando o artigo 2º, que proíbe a captura e comercialização de sardinha verdadeira para pesca de vara e isca viva entre 15 de junho e 31 de julho, e o artigo 1º, que permite a captura de sardinha com menos de 17 cm como isca viva para embarcações permissionadas. Assim destacou que a análise considerou a sazonalidade da frota de vara e isca viva, focada em bonito-listrado, com maior captura entre primavera e outono e menor no inverno, refletindo a migração da espécie.

Senhor Paulo Ricardo Schwingel (Coordenador GTC) mostrou dados de 2016 a 2023 que revelam um pico de captura entre janeiro e março e uma retomada em novembro. Mencionou que desde 2020, o defeso da sardinha cobre de outubro a fevereiro, sem restringir seu uso como isca e observou-se uma redução na frota nos últimos anos, com perda de embarcações. Afirmou que será feita uma consulta ao MPA



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

sobre licenças ativas e uma análise da sazonalidade da pesca antes de 2009 para verificar se padrões históricos coincidem com os atuais sobre a frota permissionada.

Além disso, o Senhor Paulo Ricardo Schwingel (Coordenador GTC) mencionou a criação de áreas de exclusão para a captura de sardinha jovem e o papel dos municípios costeiros na legislação do ambiente marinho, considerando a jurisdição federal. Também se mencionou a possível alteração do artigo 1º da IN IBAMA, que expande a área de pesca até o Chuí, e a necessidade de fundamentar o artigo 2 da Instrução Normativa nº 16 de 2009 com documentos oficiais.

A Senhora Geysa Marinho de Souza (GTC) destacou que na revisão de atas não encontrou suporte para o artigo, cuja implementação foi motivada pelo defeso da frota de cerco, incluindo pescadores de isca viva e mencionou a previsão de recomendar a revogação do artigo pela falta de suporte científico. O Senhor Paulo Ricardo Schwingel (Coordenador GTC) destacou a necessidade de uma argumentação técnico-científica sólida para evitar a falta de suporte observada anteriormente e sugeriu que o poder de pesca das embarcações pode ter aumentado, potencializado por novas tecnologias, apesar da redução no número de embarcações. Ainda, mencionou que a sardinha verdadeira é a isca preferida pela sua alta taxa de sobrevivência, mas outras opções também existem.

A Senhora Sandra Silvestre Souza, Secretária Executiva do CPG, agradeceu as contribuições e abriu inscrições para falas pedindo que os participantes fossem breves em suas intervenções.

Senhor Wilson Santos (SINDIPI) destacou que houve períodos de defeso de recrutamento, iniciando em 1991 e retomando em 2004, com variações nas datas até 2008, quando se estabeleceu um defeso fixo para recrutamento e desova. Em 2009, foi instituído um defeso de 45 dias, coincidindo com o da sardinha, embora sem justificativa técnica clara. O Senhor Paulo Ricardo Schwingel (Coordenador GTC) mencionou que essa medida foi influenciada por um cruzeiro hidroacústico que apontou baixa biomassa de sardinhas, recomendando precaução e, na época, o setor



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

pesqueiro já atribuía as flutuações nos estoques às condições climáticas, uma visão que ainda persiste.

O Senhor Cadu Vilaça (CONEPE) agradeceu ao professor e sugeriu que, ao final da análise em 30 dias, o comitê poderia enviar um pedido ao IBAMA para considerar a extinção do artigo em questão, já que ele foi circunstancial.

A Senhora Sandra Silvestre Souza, Secretária Executiva, explicou que, embora a normativa seja originalmente do IBAMA, hoje o MPA e MMA são responsáveis, podendo alterá-la se houver suporte técnico e científico.

O Senhor Wilson Santos (SINDIPI) lembrou que o artigo refletia preocupações de 2008 e sugeriu incluir legislações municipais e restrições para a pesca de tainha no âmbito da análise. Senhor Paulo Ricardo Schwingel (Coordenador GTC) apoiou considerar outros recursos explorados no mesmo período. O Senhor Luiz Roberto Louzada Junior (IBAMA) comentou sobre a necessidade de incluir o processo originário e recomendou acessar documentos pelo portal de transparência e destacou que, embora as legislações estaduais e municipais sejam válidas e observadas pelo IBAMA, elas devem ser mais restritivas que as normas federais.

O Senhor Roberto Gallucci (MMA) questionou a base administrativa da norma em discussão, solicitando esclarecimentos sobre os fundamentos que justificaram sua edição. Embora essa justificativa não pareça relevante atualmente, enfatizou a importância de uma análise jurídica em decisões administrativas. Ainda, sugeriu que a discussão se concentrasse em aspectos técnicos, especialmente no ordenamento da pesca da sardinha, destacando a necessidade de proteger o período de reprodução da espécie devido à variação anual em suas populações, influenciada por fatores oceanográficos e climáticos. Assim, propôs uma revisão ou revogação temporária da norma, considerando a captura de sardinhas como isca viva. Após esse tempo, a situação poderia ser reavaliada para decidir sobre uma revogação definitiva ou a adoção de outras medidas.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Senhor Paulo Ricardo Schwingel (Coordenador GTC) observou que a importância do recrutamento na pesca diminuiu devido à autorregulação da indústria, que não aceita desembarques de organismos abaixo do tamanho mínimo, visando proteger suas operações. Também destacou que a norma que estabelece o tamanho mínimo de 17 cm para a sardinha é uma das mais antigas do Brasil e continua válida, pois a indústria não aceita capturas fora desse limite, apesar das oscilações no tamanho de maturação causadas por fatores climáticos. Ainda, mencionou um trabalho em colaboração com a Senhora Luana que envolve a recuperação de dados sobre a captura de isca viva, destacando a complexidade da coleta de informações, que exige entrevistas com mestres de pesca. Ao final, o Senhor Paulo Ricardo Schwingel (Coordenador GTC) apoiou a proposta de suspender a norma atual para reavaliação, embora reconhecesse a dificuldade em obter dados precisos sobre a captura de isca viva e sua relação com a produção de espécies como o bonito listrado, ressaltando a necessidade de observadores a bordo para coleta detalhada.

O Senhor José Henrique Pereira (CONTMAFF) questionou se a interrupção da pesca com vara e isca viva nos últimos anos poderia ser vista como um defeso automático, já que a pesca é praticamente suspensa durante os meses de junho a setembro.

O Senhor Paulo Ricardo Schwingel (Coordenador GTC) respondeu que a frota reduz suas atividades gradualmente a partir de maio, com uma diminuição significativa em julho devido à migração dos recursos, tornando a pesca economicamente inviável. Além disso, mencionou que é importante resgatar informações sobre a flutuação sazonal da pescaria antes da normativa de 2009, para avaliar se houve mudanças significativas no comportamento da frota após sua implementação. Se os padrões de captura forem semelhantes antes e depois da normativa, isso sugeriria que as mudanças são mais influenciadas pela disponibilidade do recurso do que pela normativa em si.



Surgiram dúvidas sobre a viabilidade de seguir com a sugestão apresentada, já que a recomendação inicial era pela revogação, enquanto o MMA propôs uma suspensão temporária. Foi sugerido discutir o tema novamente no início do próximo ano, durante uma nova reunião relacionada à safra da tainha, com o parecer revisado. Além disso, a coordenação do CPG mencionou que solicitará oficialmente ao IBAMA o processo que fundamentou a decisão da normativa.

**3.8. DEVOLUTIVA DO GRUPO TÉCNICO CIENTÍFICO SOBRE A RECOMENDAÇÃO 3/2023 - Paulo Ricardo Schwingel (Coordenador GTC Pelágicos S/SE)**

Senhor Paulo Ricardo Schwingel (Coordenador GTC) apresentou o documento Rec 3/2023, que trata da avaliação da alteração do artigo 1º da Instrução Normativa IBAMA nº 15, de 2009, referente à expansão da área de operação das embarcações de pesca até o Chuí. O Senhor Paulo Ricardo Schwingel (Coordenador GTC) mencionou que um parecer sobre o tema foi elaborado há dois anos, mas não avançou no MPA. Recentemente, o assunto foi revisitado, e o parecer foi atualizado com novas informações.

Assim, apresentou o impacto das mudanças climáticas na distribuição de peixes no Brasil, com aumento da temperatura do mar na região Sudeste, que pode afetar a dinâmica populacional e a distribuição das espécies marinhas, como a sardinha. Citou o fenômeno, conhecido como tropicalização, que pode levar à expansão da área de distribuição de espécies tropicais e subtropicais para latitudes mais altas e mencionou que a temperatura crescente pode levar a uma expansão das áreas de distribuição de espécies tropicais e subtropicais para latitudes mais altas. Apresentou pesquisas que mostram que várias espécies, como a sardinha verdadeira, estão antecipando seus períodos de reprodução devido a condições ambientais mais favoráveis e mencionou que as mudanças climáticas também influenciam as áreas de captura das frotas pesqueiras, exigindo adaptações para acompanhar as alterações na distribuição das espécies.



O Senhor Paulo Ricardo Schwingel (Coordenador GTC) falou sobre estudos recentes que indicam que a sardinha verdadeira se encontra entre o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul, com a ocorrência registrada até 34° de latitude. Afirmou que não há barreiras ambientais significativas para a presença da sardinha ao sul de 29° e que o PMAP-SC tem observado atividades de pesca na costa do Rio Grande do Sul. Além disso, mencionou a Instrução Normativa SAP/MAPA n.º 14, que redefine as áreas de operação para a pesca, considerando a ocorrência natural da espécie-alvo e regulamentações específicas.

Senhor Paulo Ricardo Schwingel (Coordenador GTC) mencionou que a sardinha verdadeira é o foco da pesca com rede de cerco em três modalidades de permissionamento, que foram ajustadas pela IN SAP/MAPA nº 14/2020 para incluir as regiões Sudeste e Sul do Brasil. No entanto, essa alteração gerou insegurança jurídica, pois a nova área de operação ultrapassa os limites legais que restringem o esforço de pesca, conforme a IN IBAMA nº 15, de 2009, e a IN SAP/MAPA nº 18, de 2020.

Por fim, mencionou que a recomendação do GTC visa resolver essa insegurança ao sugerir a limitação do esforço de pesca para a sardinha-verdadeira entre o paralelo 22°00'S e a linha de limite entre Brasil e Uruguai, com base na IN IBAMA nº 122/2006. Além disso, complementou que a recomendação inclui a retificação da IN SAP/MAPA nº 18, de 2020, para ampliar a área de defeso nessa mesma região. Também apontou que a atual delimitação da área de pesca poderia deixar o Rio Grande do Sul desprotegido, uma vez que a portaria de defeso considera apenas as latitudes entre 22° e 29°. Para aumentar a segurança jurídica, propôs que a área de operação fosse retificada para abranger o espaço entre o paralelo 22 e a linha de projeção do limite com o Uruguai.

O Senhor Luiz Carlos Machado Matsuda (SINDIPI) abordou a questão do esforço de pesca, ressaltando que a interpretação atual do artigo limita a área de operação e defendeu a retificação do artigo para garantir segurança jurídica, sugerindo



que a delimitação da área fosse feita com base nas regiões Sudeste e Sul, em vez de paralelos.

O Senhor Paulo Ricardo Schwingel (Coordenador GTC) concordou em utilizar a expressão "sudeste e sul do Brasil" ao invés dos paralelos, mas destacou que as análises devem ser fundamentadas e alinhadas conforme a normativa.

O Senhor Luiz Roberto Louzada Junior (IBAMA) expressou preocupações sobre a proposta de expandir a área de pesca até o Chuí, afirmando não ter encontrado evidências de pescarias nessa região. Destacou que não há conflitos entre a norma que trata do permissionamento geral e a específica para sardinha, e destacou a importância de considerar outras espécies coabitantes, como tainha e anchova, ao avaliar a expansão. Por isso, sugeriu a análise das áreas de operação das traineiras e a possibilidade de restrições à pesca próxima à costa fossem feitas em conjunto com a proposta de expansão. Afirmou que embora não se oponha à ampliação, acredita que ela deve se limitar até o Rio Grande, sem justificativa para se estender até o Chuí. Também enfatizou a necessidade de considerar a fauna acompanhante e a proteção das áreas que são importantes para os rendimentos das pescarias. O senhor Antônio Alberto (ICMBio) concordou com o exposto pelo Senhor Luiz Louzada (IBAMA) e acrescentou que apesar de, à princípio, não discordar da ampliação da área de pesca, vê também uma certa preocupação que esta decisão não concretize sem que haja um estudo mais substanciado para averiguar quais serão os possíveis impactos sobre a biodiversidade marinha, principalmente as ameaçadas. Além disso há uma área proposta por parte do ICMBio para a criação do Parque Nacional do Albardão, por ser uma área que tem grande relevância ambiental por abrigar várias espécies ameaçadas que torna a região de alta prioridade de conservação.

O Senhor Paulo Ricardo Schwingel (Coordenador GTC) agradeceu as contribuições e apresentou uma análise de imagens de 2022 e 2023, destacando que a área de pesca está a apenas 1° de latitude do Chuí e que a expansão da pesca é clara. Argumentou que limitar a área com base nessas imagens é inadequado, pois as



pescarias do Uruguai podem ser impactadas no futuro e enfatizou que a situação é dinâmica e deve ser revista, especialmente considerando que já se passaram 15 anos desde a última atualização sobre as áreas de pesca.

O Sr. Alexandre Guerra Espogeiro (SAPERJ) ressaltou que, em relação à delimitação da área de operação para o Sudeste e Sul, há captura para o norte do Cabo de São Tomé embora a presença de sardinha seja limitada. Mencionou que a captura não ocorre com frequência, pois, na maioria das vezes, os barcos utilizam redes de malha maior, no entanto, é comum encontrar sardinhas na região. Destacou que existem proibições específicas para o cerco, como a corvina e a maria mole no Rio Grande a tainha e a anchova que têm Instruções Normativas específicas. Assim, questionou a razão para a resistência em expandir a área, mencionando que barcos estavam operando em julho na captura de anchovas, a 14 milhas para fora do Chuí, e que houve incidentes em que os barcos quase perderam as redes devido à presença de sardinhas.

O Senhor Paulo Ricardo Schwingel (Coordenador GTC) relatou que neste ano, recebeu três relatos de capturas de sardinhas na região de águas fronteiriças, mesmo quando os barcos estavam focados em outras espécies. No caso, os pescadores levaram dois dias para remover as sardinhas presas nas redes. Observou que essa área é um "hotspot" devido ao aquecimento global, especialmente entre os paralelos 30 e 34,5, sugerindo que a sardinha pode já estar presente no Uruguai. Acrescentou que há informações sobre pesca de cerco no Espírito Santo e possíveis conflitos com a captura de outras espécies significativas e destacou a importância de considerar a fauna acompanhante nas análises, uma vez que a frota foca na sardinha, mas outras espécies também podem ser capturadas.

O Senhor Paulo Ricardo Schwingel (Coordenador GTC) também mencionou que a área de distribuição da sardinha está se expandindo para o sul e não há indícios de sobreexploração, portanto, não vê problemas em aumentar a área de atuação. No entanto, enfatizou que todos esses fatores devem ser considerados nas propostas.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Ainda, abordou a falta de uma análise específica da área norte e explicou que as correntes marítimas na região são dinâmicas, influenciando as condições de pesca.

O Senhor Cadu Vilaça (CONEPE) destacou que a dinâmica da área de operação está em constante mudança, tornando improdutiva a discussão sobre limites fixos como a barra do Rio Grande ou Chuí. Em vez disso, sugeriu focar na proposta original do GTC, que visa a expansão da área de pesca para o sul, garantindo segurança jurídica para a frota, tanto em relação ao defeso quanto ao permissionamento. O Senhor Cadu Vilaça (CONEPE) sugeriu também a discussão sobre a alteração do limite norte ser encaminhada para outro momento.

O Senhor Luiz Carlos Machado Matsuda (SINDIPI) argumentou que a menção ao sudeste e sul deve facilitar uma redação que ofereça segurança jurídica, já que a norma vigente, apesar de ser de 2009, repete trechos de 1997, mostrando que está desatualizada há quase 30 anos. Enfatizou que a frota já opera legalmente em toda a região, incluindo o Espírito Santo, e que um defeso baseado em paralelos fixos não faz sentido.

O Senhor Alexandre Carinha Novo (SIDARPES-RS) ressaltou que a frota de emalhe enfrenta restrições e opera com apenas 100 embarcações legalizadas, enquanto a frota de cerco tem mais liberdade. Revelou que sua preocupação central é garantir um tratamento justo e equitativo para todas as modalidades de pesca, especialmente em um cenário onde a distribuição da sardinha está se expandindo devido a mudanças climáticas e citou a IN MPA/MMA nº 4, de 2013 como pouco eficiente, mal elaborada e com necessidade de discussão e revisão. Expressou preocupação com incidentes envolvendo embarcações de pequeno porte não rastreadas, resultando em perdas de vidas de pescadores. O Senhor Alexandre Carinha Novo (SIDARPES-RS) mencionou que a falta de monitoramento eficaz e a ausência de sistemas de rastreamento em algumas frotas são questões críticas que precisam ser tratadas com urgência.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Marlon Hilgert Arenhardt (Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Estado do Rio Grande do Sul) destacou a importância de identificar potenciais conflitos com outras frotas e o impacto sobre espécies ameaçadas. O Senhor Jorge Machado (FNTTAA) questionou sobre o que fazer quando traineiras, licenciadas para capturar sardinha, também capturam grandes quantidades de cambucu e se mostrou frustrado com a ideia de descartar 50 toneladas de cambucu, que poderiam representar um mês de trabalho.

A Senhora Sandra Silvestre Souza, Secretária Executiva do CPG, esclareceu que o IBAMA autua embarcações que capturam mais fauna acompanhante do que a espécie-alvo. Também mencionou que as recentes alterações na Instrução Normativa 10 define o cambucu como espécie alvo na autorização complementar para modalidades de pesca 4.1 e 4.2.

O Senhor Luiz Roberto Louzada Junior (IBAMA) enfatizou que é crucial que os pescadores verifiquem se possuem essa autorização complementar para evitar autuações. Explicou que, desde que a espécie esteja listada corretamente, não há problemas em sua captura. Além disso, ressaltou que descumprimentos das normas de pesca podem resultar em penalidades severas, incluindo implicações criminais.

Ademais, o Senhor Luiz Roberto Louzada Junior (IBAMA) ressaltou a importância de estabelecer critérios adequados ao considerar a expansão das áreas de pesca e sugeriu a definição de uma distância mínima para a pesca, além de enfatizar a necessidade de rastreadores em todas as traineiras. Também propôs a determinação de redes específicas para a captura de sardinha.

Senhor Antônio (SEAG-ES) expressou sua preocupação com a quantidade de embarcações que operam nas modalidades 4.1, 4.2 e 4.4 na costa do Espírito Santo, ressaltando que a pesca artesanal depende significativamente do peroá (*Balistes capriscus*) e mencionou também preocupações sobre embarcações fantasma.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Senhor Cadu Vilaça (CONEPE) destacou a falta de objetividade na discussão sobre medidas compensatórias, citando a insegurança jurídica nas normas relacionadas ao defeso e à área de captura de recursos pesqueiros, especialmente no limite sul. Sugeriu fixar esse limite até o Chuí, considerando a possibilidade de encontrar sardinha ao sul do Rio da Prata, e propôs que os responsáveis técnicos se reúnam para definir condicionantes como a distância da costa e as redes permitidas.

A Senhora Sandra Silvestre Souza, Secretária Executiva do CPG, justificou sua proposta de desenvolver as condicionantes em conjunto com o setor, evitando a publicação imediata sem discussões prévias.

O Senhor Cadu Vilaça (CONEPE) apoiou a ideia de avançar com as ações e sugeriu uma reunião extraordinária antes da publicação oficial para discutir as questões definidas.

O Senhor Alexandre Carinha Novo (SIDARPES-RS) propôs a realização de reuniões adicionais, fora do âmbito do CPG, para discutir as questões em aberto e a comunidade de emalhe do Rio Grande do Sul não ser tão impactada, destacando que não se opõem recomendação proposta, mas que é necessário atenção a IN MPA/MMA nº 4, de 2013.

A Senhora Sandra Silvestre Souza, Secretária Executiva do CPG, encerrou a discussão sobre o tema.

**3.9. PROPOSTA DO MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA SOBRE A REC 5/2023 (apresentação) - Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa da Pesca e Aquicultura (SERMOP)**

O Senhor Alex Souza Lira (MPA) abordou o andamento da recomendação número 5, que trata da vistoria das embarcações das modalidades 4.1, 4.2 e 4.3. Na apresentação foi informado que, até o momento, a recomendação não pôde ser atendida devido a restrições enfrentadas neste ano. E mencionou que o MPA está



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

desenvolvendo um plano de ação para o próximo ano, com a intenção de estender o prazo para a implementação das vistorias até 2028. Destacou que um ato normativo, possivelmente um decreto, está sendo finalizado e prevê a vistoria de todas as modalidades de embarcações. Assim, o processo de vistoria para as modalidades 4.1, 4.2 e 4.3 não será realizado neste ano, mas as vistorias devem começar em janeiro de 2025, com critérios e um calendário que ainda estão em definição.

O Senhor Jorge Machado (FNTTAA) expressou preocupações sobre a vistoria das embarcações da frota industrial, e apontou que muitas embarcações menores carecem de equipamentos como GPS e enfatizou a necessidade de clareza sobre quais embarcações precisam de vistoria, para evitar mal-entendidos e custos adicionais para pescadores e armadores.

O Senhor Alex Souza Lira (MPA) esclareceu que as imagens apresentadas eram exemplos de embarcações em vistoria, que envolve a avaliação da documentação, arqueação bruta e cumprimento das normas, incluindo o funcionamento de dispositivos de rastreamento. Destacou que o objetivo da vistoria é distinguir as embarcações legais das embarcações irregulares e quantificar corretamente as disponíveis em cada modalidade. Também admitiu que há incerteza sobre o número de embarcações registradas, e que apenas após a vistoria será possível obter dados precisos. Mencionou que a vistoria também servirá para corrigir inconsistências na documentação, garantindo a legalização e conformidade das embarcações com as normas estabelecidas.

O Senhor Mauro Costa Filho (Ministério do Trabalho e Emprego) enfatizou a importância das vistorias das embarcações para garantir boas condições de operação, segurança dos pescadores e conformidade com certificações internacionais. Destacou que, apesar da relevância das certificações por entidades privadas, isso não deve substituir a fiscalização realizada por órgãos públicos, como a Marinha e seu ministério, já que um certificado não garante que a embarcação esteja livre de problemas legais ou de segurança.



O Senhor Alex Souza Lira (MPA) ressaltou que o processo de vistoria envolve colaboração com outros órgãos de controle, e explicou que essas vistorias não só avaliam a documentação, mas também estabelecem requisitos mínimos para a pesca, sendo complementares entre os diferentes órgãos.

Ambos ressaltaram a importância de parcerias entre os órgãos públicos para evitar sobreposição de responsabilidades e retrabalho, e o Senhor Mauro Costa Filho (Ministério do Trabalho e Emprego) se colocou à disposição para colaborar com a coordenação e promover um esforço conjunto com o Ministério Público, que, embora ausente no evento, já possui convênios estabelecidos com o MPA e a Marinha.

**3.10. CENÁRIO NORMATIVO ATUAL PARA AS PESCARIAS DE PEIXE ESPADA NAS REGIÕES SUDESTE E SUL (informação) – Mariana Santos Lobato Martins (Secretária Adjunta CPG Pelágicos SE/S)**

A Senhora Sandra Silvestre Souza, Secretária Executiva do CPG, deu início à sessão sobre o Peixe Espada, anunciando a apresentação da Secretária Adjunta do CPG, Mariana Lobato. A apresentação abordou o cenário normativo atual para as pescarias de peixes espada nas regiões Sudeste e Sul. Na apresentação foi ressaltado que, no momento, não existe nenhum ato normativo vigente em decorrência da revogação de normas anteriores.

A Senhora Sandra Silvestre Souza, Secretária Executiva do CPG, destacou que a pressão para regulamentar a pesca do peixe espada é intensa e devido a isso foi colocado como pauta no CPG. E mencionou que o maior conflito identificado está relacionado ao cerco flutuante, que se deve a dois fatores principais: conflito por área, que pode ser gerenciado através de zoneamento, e em segundo lugar, preocupação com abundância, pois há receio de que a legalização do arrasto de meia água possa reduzir a quantidade de peixe espada. A Senhora Sandra Silvestre Souza, Secretária Executiva do CPG, lamentou a ausência de representantes do cerco flutuante na reunião, que poderiam contribuir com a discussão.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Senhor Jorge Machado (FNTTAA) destacou que o grande problema em relação ao peixe espada é o baixo valor comercial e mencionou que essa modalidade de pesca é predominantemente amadora, resultando em capturas em pequena escala.

A Senhora Sandra Silvestre Souza, Secretária Executiva do CPG, respondeu, explicando que a realidade em Santa Catarina é diferente, sendo que o cerco flutuante tem um papel significativo na captura de peixe espada, e em determinadas épocas do ano, pescadores de arrasto do camarão sete-barbas utilizam o arrasto de meia água para captura de uma quantidade expressiva de peixe espada e, por isso, eles solicitaram a regulamentação do arrasto de meia água focado na espécie.

O Senhor Marcos Manoel Domingos (APPAECSC) questionou a Senhora Sandra Silvestre Souza, Secretária Executiva do CPG, sobre a participação de lideranças dos setores de arrasto e cerco flutuante nas discussões. A Sra. Sandra explicou que convidou a FEPESC, responsável por apresentar a demanda. O Senhor Marcos Manoel Domingos (APPAECSC) destacou a importância de incluir representantes do cerco flutuante e do arrasto e sugeriu discutir áreas de exclusão para beneficiar o cerco flutuante, pois com a revogação da Portaria SAP/MAPA nº 1.448, de 2022, levantou-se a discussão sobre a necessidade de considerar se o arrasto de meia água poderia ser mantido como uma autorização complementar ao arrasto de fundo ou se seria necessário substituí-lo por essa nova modalidade a ser criada e sugeriu uma nova reunião com os setores envolvidos.

O Sr. Frank Max Marques (AMFRI) destacou que a pesca do peixe-espada, tanto no cerco flutuante quanto no arrasto do camarão sete-barbas, é essencial para o setor artesanal em Porto Belo, especialmente porque a temporada de camarão é muito curta. Assim, ressaltou a importância dessa pesca para a subsistência dos pescadores e expressou preocupação com a falta de regulamentação para essas modalidades.

O Senhor Luiz Roberto Louzada Junior (IBAMA), por sua vez, destacou a relevância do cerco flutuante para os pescadores artesanais de Santa Catarina e sugeriu que seja realizado um estudo para minimizar a interferência entre as



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

modalidades de cerco flutuante e arrasto. Mencionou que essa interferência é uma das principais queixas e que é crucial implementar essas pescarias de forma que uma não prejudique a outra.

O Senhor Jerri Eduardo Moraes (CNPA) destacou a falta de fiscalização na pesca amadora, especialmente na captura do peixe-espada, enquanto a pesca artesanal, que ele representa, enfrenta maior fiscalização.

O Senhor Paulo Ricardo Schwingel (Coordenador GTC) relatou sobre um projeto aprovado em parceria com a FAPESC (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Santa Catarina), junto com o Professor Jorge Rodrigues, para estudar espécies como corvina, tainha, anchova e peixe-espada. Relatou que as amostragens começaram em junho, focando em dados de idade, crescimento, reprodução e alimentação para subsidiar a gestão pesqueira e espera apresentar resultados a partir do meio do próximo ano, com o projeto estendendo-se até o final de 2025, podendo ser prorrogado até 2026.

O Senhor Marcos Manoel Domingos (APPAECSC) sugeriu um encaminhamento propositivo para a regulamentação das pescarias, destacando a necessidade de avançar nas normas para garantir segurança jurídica aos pescadores de peixe-espada e cerco flutuante. Portanto, propôs convocar representantes das categorias para elaborar uma minuta com suas demandas, evitando que os pescadores fiquem sem respaldo normativo e sugeriu dar um prazo para que as entidades tragam subsídios para a normatização.

O Sr. Antônio Lezama (MMA) lembrou que o MMA recebeu, em março, uma ação de Santa Catarina com propostas para o permissionamento de pesca, incluindo atuar entre 5 e 40 metros de profundidade e criar uma área de exclusão na Ilha de Santa Catarina. Assim, sugeriu uma reunião entre o MMA e o MPA para consolidar uma proposta inicial e apresentá-la ao CPG.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Tiago Bolan Frigo (Secretaria de Executiva de Pesca e Aquicultura de Santa Catarina) ressaltou a urgência da regulamentação para o peixe-espada e a lula, enfatizando que o setor de pesca catarinense tem cobrado ações e apelou para que a discussão avance, refletindo a demanda dos pescadores pela regulamentação.

O Senhor Jocemar Mendonça (MPA) informou que o processo de regulamentação da pesca da lula já passou por todas as etapas de controle e deve ser publicado ainda este mês. Em relação à pesca do peixe-espada, mencionou que receberam uma proposta com faixa de profundidade de 5 a 40 metros e um período fixo para a atividade. Contudo, ao analisar o processo, foi identificado um conflito com o cerco flutuante em Santa Catarina, o que bloqueou o avanço da regulamentação. Para resolver o impasse, a próxima etapa será reunir todos os envolvidos para buscar um consenso que não prejudique nenhuma das partes.

A Senhora Sandra Silvestre Souza, Secretária Executiva do CPG, sugeriu que, antes de avançar com uma minuta, o MPA e o MMA deveriam se reunir com os setores do arrasto de meia água e do cerco flutuante para buscar um acordo. O Senhor Jocemar Mendonça (MPA) mencionou que a prática do arrasto de meia água para peixe-espada ocorre principalmente em Santa Catarina, sendo menos comum em outros estados. O Senhor Antônio Lezama (MMA) confirmou que a proposta de regulamentação abrange da Ilha de Santa Catarina até Itapoá.

O Senhor Marcos Manoel Domingos (APPAECSC) reforçou que a pesca do peixe-espada se concentra no norte da ilha de Santa Catarina e propôs otimizar o processo utilizando a estrutura do governo estadual, representada pelo Secretário Tiago Bolan Frigo, para reunir os pontos consensuados e evitar conflitos entre as categorias. O Senhor Tiago Bolan Frigo (Secretaria de Estado da Pesca e Aquicultura de Santa Catarina), por sua vez, concordou com a proposta e se disponibilizou para facilitar a reunião.

O Senhor Luiz Roberto Louzada Junior (IBAMA), diante disso, sugeriu incluir o IBAMA para planejar ações de fiscalização, e a Senhora Sandra Silvestre Souza,



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Secretaria Executiva do CPG, apoiou, recomendando que o Estado de Santa Catarina liderasse a reunião inicial e envolvesse o IBAMA para auxiliar no processo.

O Senhor Jerri Eduardo Morais (CNPA) destacou as dificuldades enfrentadas pelos pescadores artesanais de pequenas embarcações em São Paulo, especialmente em Ubatuba, devido à escassez de mão de obra, altos custos e restrições nas licenças que limitam suas atividades. Expressou preocupação com a segurança das pequenas embarcações e a falta de perspectiva para novos pescadores, muitos dos quais estão abandonando a profissão. E ressaltou a importância de permitir que a pesca artesanal coexistisse com a industrial, sem prejudicar nenhuma das partes, e pediu mais atenção às necessidades dos pequenos pescadores. Também questionou a limitação da motorização das embarcações de pesca que causa insegurança no mar aos pescadores.

O Sr. Jerri Eduardo Morais (CNPA) reiterou a necessidade de soluções para as demandas dos pescadores, especialmente para garantir licenças adequadas. A Senhora Sandra Silvestre Souza, Secretária Executiva do CPG, agradeceu, garantindo que o documento entregue por ele ao Ministro será analisado pela Secretaria Nacional de Pesca Artesanal para que as questões sejam devidamente encaminhadas.

O Senhor Marcos Manoel Domingos (APPAECSC) expressou preocupação com a regulamentação que limita a motorização das embarcações de pesca "diversificada costeira" a 18 HP e comprimento de até 8 metros. Ele questionou a origem dessa limitação, sugerindo que ela parecia favorecer um fabricante específico. Argumentou que essa regra restringe a concorrência entre fabricantes e não faz sentido em termos de segurança, pois a escolha da motorização deveria depender das condições econômicas de cada pescador. Explicou que, ao contrário da pesca de arrasto, motores mais potentes em pequenas embarcações não aumentam o esforço de pesca e, na verdade, reduzem a capacidade de carga, não oferecendo vantagens operacionais. Assim, sugeriu que, se a questão estivesse em debate, a limitação de motorização



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

fosse revisada para permitir uma concorrência mais justa entre os fabricantes, lembrando que o modelo de 18 HP já não está em produção.

A Senhora Sandra Silvestre Souza, Secretária Executiva do CPG, agradeceu, encerrou a discussão e o primeiro dia de reunião

### **SEGUNDO DIA DA REUNIÃO (11/09/2024)**

#### **3.11. DEVOLUTIVA SOBRE AS MEDIDAS DE MONITORAMENTO E CONTROLE DAS COTAS DE TAINHA EM 2024**

##### **a. Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa (SERMOP/MPA)**

O Senhor Alex Souza Lira (MPA) apresentou sobre o monitoramento da temporada de pesca da tainha de 2024, compartilhando resultados preliminares e destacou que alguns pontos já foram discutidos no último CPG, mas revisitou a origem dos dados para contextualizar. Também detalhou o monitoramento dos portos, uma ação realizada pelo MPA nesta temporada em resposta a uma demanda do último CPG, e apresentou um relatório sobre a safra deste ano, que será disponibilizado aos participantes.

O Senhor Luiz Carlos Machado Matsuda (SINDIPI) parabenizou o Sr. Alex Lira (SERMOP/MPA) pela apresentação e destacou o registro de 44 empresas pesqueiras. Perguntou se seria possível obter dados específicos das empresas usando a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) para avaliar o aumento no registro de empresas desse tipo. Também questionou se a produção por frota incluía apenas a produção direta ou também a indireta, como o arrasto de praia.

O Senhor Alex Souza Lira (MPA) esclareceu que empresas pesqueiras com beneficiamento e registro no RGP devem reportar dados ao MPA, mas nem todas as



peixarias precisam de um RGP. Mencionou discussões sobre ampliar o controle sobre a cadeia produtiva e se comprometeu a verificar o tipo de empresa cadastrado. No entanto, destacou que a análise por empresa pode ser complicada devido a questões fiscais, exemplificando com dados de lagosta que foram retirados por causarem problemas de competitividade.

Sobre a produção, o Senhor Alex Souza Lira (MPA) explicou que a análise atual considera apenas os produtores diretos, devido à complexidade de rastrear a produção indireta. O Senhor Alex Souza Lira (MPA) reconheceu a importância de incluir dados sobre produtores não diretos para melhor compreender a valorização ao longo da cadeia de valor, mas enfatizou que, por enquanto, o foco permanece nos produtores diretos.

O Senhor Luiz Roberto Louzada Junior (IBAMA), respondeu ao Senhor Matsuda (SINDIPI), enfatizando que todas as empresas do setor pesqueiro devem estar registradas no RGP e CTR. Informou que as fichas técnicas de enquadramento, que contêm estudos e diretrizes relevantes estão disponíveis no site do IBAMA, e que informações detalhadas podem ser facilmente encontradas no Google.

O Sr. Wilson Santos (SINDIPI) discutiu a captura de ovas, mencionando que 152 toneladas extraídas correspondem a 1.850 toneladas de tainha, resultando em uma taxa de 8%. No entanto, ao considerar a proporção de machos e fêmeas, essa taxa se reduz a 4%, resultando em uma produção total de 3.700 toneladas de tainha. Ele ressaltou a importância de entender que a taxa entre 4% e 5% de ovas se refere apenas às fêmeas, o que impacta a interpretação dos dados. Também sugeriu uma análise mais detalhada sobre a exportação de ovas, destacando que 280 toneladas já foram exportadas este ano, com um aumento significativo esperado em setembro e outubro, comparável ao ano de 2019.

O Senhor Alex Souza Lira (MPA) agradeceu ao Sr. Wilson (SINDIPI) pelas explicações, reconhecendo que as informações até então eram baseadas em dados das empresas sem diferenciação de gênero. Informou que o relatório incluirá um



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

detalhamento sobre o contexto das ovas e que o MPA está desenvolvendo um painel interno sobre exportação para melhorar a transparência das informações.

O Sr. Wilson Santos (SINDIPI) informou que as exportações de ovas de tainha agora estão disponíveis ao público, com um código específico que facilita a verificação dos dados. Destacou que a criação de um NCM para ovas de tainha, que entrou em vigor este ano, possibilitou um monitoramento mais eficaz e se ofereceu para fornecer o código, ressaltando que os dados podem ser consultados mensalmente.

O Senhor Alex Souza Lira (MPA) concordou com a importância do NCM, pois facilita o detalhamento das informações sem a necessidade de cruzamentos complexos. Também mencionou que, embora o Painel de exportação precise ser atualizado com dados de agosto, as análises indicam que as exportações em abril e em maio provavelmente se referem a tainhas capturadas na Lagoa dos Patos, no Rio Grande do Sul. Argumentou que, devido ao alto valor das ovas, é improvável que haja estoques prolongados, e as exportações de julho e agosto sugerem que essas ovas são extraídas durante a safra e rapidamente exportadas, reforçando a ideia de que uma parte significativa da produção provém da Lagoa dos Patos. Por fim, o Senhor Alex Souza Lira (MPA) propôs agendar uma reunião online para discutir a definição de encaminhamentos relacionados ao assunto, destacando a importância da colaboração externa e solicitando a disponibilidade do Senhor Wilson (SINDIPI) para essa conversa.

O Sr. Tiago Bolan Frigo (Secretaria de Estado da Pesca e Aquicultura de Santa Catarina) mencionou que o sistema SISTainha agora ficará aberto durante todo o ano, mas levantou uma preocupação sobre a pesca no Rio Grande do Sul, que termina em 30 de agosto, e questionou sobre a situação atual da captura na região, dado que no ano anterior foram registradas cerca de 7.000 toneladas.

O Senhor Alex Souza Lira (MPA) esclareceu que, em 2024, o Sistema Sistainha ficou fechado até a abertura da safra em 15 de maio. Explicou que embora a maior parte da produção registrada ocorra após a abertura da safra, parte vem do Rio Grande do Sul. Para o próximo ano, o sistema será aberto de 1º de janeiro a 31 de dezembro,



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

permitindo a inserção contínua de dados. Sobre a Lagoa dos Patos, o Senhor Alex Souza Lira (MPA) informou que o prazo para os pescadores reportarem informações foram até 31 de agosto e os formulários estão sendo digitalizados e os dados completos da safra atual devem estar disponíveis em cerca de dois meses. Ressaltou que após a digitalização, a planilha de dados poderá ser acessada diretamente ou por meio do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), com informações pessoais ocultadas, como nos anos anteriores. O atendimento a algumas solicitações será possível apenas após a consolidação dos dados.

O Senhor Alexandre Carinha Novo (SIDARPES-RS) questionou se as capturas de tainha em 2024 foram maiores, semelhantes ou menores em relação a 2023, considerando a dependência do estoque da Lagoa dos Patos, que enfrentou praticamente nenhuma captura devido a uma enchente histórica no Rio Grande do Sul. O Senhor Alexandre Carinha Novo (SIDARPES-RS) ressaltou que a pesca na Lagoa é realizada apenas pela frota artesanal e que essa situação gera restrições e desafios específicos.

O Senhor Alex Souza Lira (MPA) respondeu que, com base nos dados disponíveis, houve um aumento na produção em 2024, especialmente em Santa Catarina, onde as capturas subiram de 1.300 toneladas em 2023 para 2.226 toneladas em 2024. Explicou que esse crescimento é atribuído à inclusão da pesca de cerco e ao melhor desempenho do arrasto de praia. Contudo, a comparação geral ainda depende dos dados da Lagoa dos Patos, que não estão disponíveis.

O Senhor Alexandre Carinha Novo (SIDARPES-RS) enfatizou a importância de esclarecer que a Lagoa dos Patos não é responsável por capturas exageradas, destacando que o estoque de tainha da Argentina e do Uruguai, que é composto por exemplares maiores, difere daquele da Lagoa. Concluiu afirmando que, se não houvesse um aumento na captura, os números teriam permanecido semelhantes aos do ano anterior, mesmo sem considerar os impactos climáticos. Destacou a situação da frota do Rio Grande do Sul, que está impedida de pescar tainha no oceano,



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

ressaltando a necessidade de atenção ao pescador tradicional da região. Também mencionou que a frota que pesca anchova enfrenta restrições e pode operar apenas na costa do estado, o que exige uma compreensão das particularidades dessas pescarias, que muitas vezes são desconsideradas.

O Senhor Marcos Manoel Domingos (APPAECSC) questionou sobre o percentual de ovas, mencionando que normalmente varia entre 4% e 5%, mas que neste ano alcançou cerca de 8%. O Senhor Wilson Santos (SINDIPI) atribuiu esse aumento ao fato de o percentual estar relacionado ao volume de fêmeas. O Senhor Marcos Manoel Domingos (APPAECSC) pediu esclarecimentos sobre se esse percentual considerava o volume total de pescado recebido pela indústria ou apenas a seleção específica de fêmeas, já que a indústria recebe um volume total sem necessariamente selecionar fêmeas.

O Sr. Alex Souza Lira (MPA) agradeceu a Marcos e explicou que não tinha uma resposta exata sobre o percentual de ovas, pois, as informações dependem do que a empresa reporta. Assim, não tinha certeza se os dados se referiam ao peso total do pescado ou apenas ao de fêmeas e reconheceu que essa questão precisa ser investigada mais a fundo. Observou que, embora seja provável que as empresas estejam declarando apenas fêmeas devido à extração de ovas, essa informação não aparece nas notas fiscais. O Sr. Alex Souza Lira (MPA) se comprometeu a discutir o assunto com Wilson para incluir informações mais precisas no relatório da safra deste ano.

O Senhor Marcos Manoel Domingos (APPAECSC) mencionou que seu questionamento surgiu a partir da observação de uma safra com características diferenciadas, especialmente em relação ao tamanho do peixe. Revelou que notou a presença de fêmeas maiores e ovadas, sugerindo que o percentual elevado de ovas poderia estar relacionado a essas características, possivelmente refletindo uma população oriunda de estoques mais ao sul. Contudo, enfatizou que essas são apenas hipóteses que precisam ser confirmadas com estudos mais aprofundados.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Senhor Wilson Santos (SINDIPI) complementou, informando que a exportação de ovas nos meses de julho e agosto já atingiu 170 toneladas, superando as 152 toneladas mencionadas anteriormente. Considerou que, com base nesses números, o percentual de ovas pode estar mais próximo de 4%, mas ressaltou a necessidade de uma análise mais detalhada.

O Senhor Roberto Gallucci (MMA) observou que o Sr. Alex Lira (MPA) mencionou a produção do arrasto de praia nas frotas não controladas, mas também destacou a importância do monitoramento da entrada de tainha pelo emalhe nos últimos anos e questionou ao Senhor Alex sobre a possibilidade de adiantar informações do RGP ou dados de entrada das empresas relacionados ao emalhe.

O Sr. Alex Souza Lira (MPA) afirmou que houve condições favoráveis para uma boa safra, mas enfatizou que essa avaliação deve considerar o médio e longo prazo, evitando conclusões baseadas em um único ano. Respondendo ao Senhor Gallucci, Alex Souza Lira (MPA) explicou que é possível monitorar a produção, embora a análise atual seja limitada ao período da safra. Alex Souza Lira (MPA) se referiu ao emalhe costeiro, que pode receber autorizações especiais, e destacou que, fora do período da safra, é possível separar dados de entrada em diferentes modalidades de permissionamento. Embora haja um relatório detalhado, ele não pode compartilhar todas as informações no momento e observou que a produção no emalhe costeiro foi inferior ao ano anterior, enquanto a produção do arrasto de praia foi atípica. Destacou que condições favoráveis permitiram que os cardumes de tainha se aproximassesem de áreas mais rasas, facilitando a captura pelo arrasto de praia, e ponderou sobre o tamanho das tainhas como um fator relevante.

A Senhora Sandra Silvestre Souza, Secretária Executiva do CPG, informou que passaria ao próximo item de pauta, mas o Sr. Ivo, da Federação dos Pescadores de Santa Catarina (FEPESC), pediu a palavra. O Senhor Ivo apresentou preocupações sobre reuniões nas comunidades que geraram expectativas de que as cotas de pesca seriam iguais às do ano anterior, considerando as 122 embarcações credenciadas. No



entanto, a cota imposta foi de 586 toneladas, esgotando-se em apenas 11 dias de atividade devido a condições climáticas adversas. Contestou a justificativa do governo sobre a diminuição do pescado, afirmando que muitos pescadores observaram uma grande quantidade de tainhas no mar de Santa Catarina. Por isso, questionou a expectativa para o próximo ano em relação às capturas. Além disso, Senhor Ivo informou que a Federação entrou na Justiça e obteve uma liminar do Superior Tribunal de Justiça, exigindo que se publique as portarias com dois meses de antecedência e questionou o motivo pelo qual a União recorre anualmente, mesmo com o tribunal confirmando os pleitos da federação.

Neste momento, o Senhor Ivo (FEPESC) perdeu a conexão, e a Senhora Sandra Silvestre Souza, Secretária Executiva, decidiu prosseguir com a pauta, prometendo retornar a palavra ao Senhor Ivo assim que ele se reconectasse.

### **3.12. DEVOLUTIVA SOBRE AS MEDIDAS DE MONITORAMENTO E CONTROLE DAS COTAS DE TAINHA EM 2024 b. Setor Pesqueiro (APPAESC, SINDIPI, FEPESC)**

O Senhor Marcos Manoel Domingos (APPAECSC) iniciou sua fala destacando a expectativa gerada para a captura de pescados nesta safra, principalmente devido às condições climáticas favoráveis, como a chegada de frentes frias. No entanto, Senhor Marcos Manoel Domingos (APPAECSC) observou que a decisão final sobre as cotas restringiu essa expectativa. Nesse momento, o Senhor Ivo (FEPESC) conseguiu restabelecer sua conexão e pediu a palavra.

O Senhor Ivo (FEPESC) enfatizou a problemática relacionada aos pleitos e à publicação das portarias, apontando a falta de vontade política e técnica para resolver essas questões. Destacou que a cota para as 112 embarcações credenciadas para a pesca com rede anilhada estava muito baixa, ressaltando que este foi um dos anos com maior abundância de tainha nos últimos dez anos. Muitos pescadores da rede anilhada acabaram apenas assistindo os cardumes passarem, sem poder capturá-los, o que gerou prejuízos, já que a cota foi esgotada em apenas dez dias. Solicitou que a



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

cota fosse aumentada para 1.200 toneladas e que suas necessidades fossem consideradas e mencionou a insatisfação da Federação com a falta de atenção às sugestões de representantes experientes que participam das reuniões. Além disso, pediu que a portaria fosse publicada com dois meses de antecedência para que os pescadores se preparassem adequadamente.

A Senhora Sandra Silvestre Souza, Secretária Executiva do CPG, esclareceu que a publicação das portarias de ordenamento deve ocorrer judicialmente no dia primeiro de março, prazo que tem sido cumprido, e que a lista das embarcações aptas a pescar tainha também é publicada. A Senhora Sandra Silvestre Souza, Secretária Executiva do CPG, mencionou a participação de Zequinha e outros representantes da Federação nas reuniões do GT, mas observou que nem todas as propostas podem ser implementadas. Também informou que, para 2025, haverá mais detalhes sobre a instituição do novo grupo de trabalho e a revisão das fórmulas de gestão. Após isso, agradeceu ao Senhor Ivo (FEPESC) e passou a palavra ao Senhor Marcos para retomar sua apresentação.

O Senhor Marcos Manoel Domingos (APPAECSC) expressou frustração com o volume de cotas disponíveis, que não atendeu às discussões realizadas nas reuniões, em que se sugeriu um mínimo de 910 toneladas. Observou que a cota se esgotou rapidamente, especialmente prejudicando as comunidades do sul de Santa Catarina, que não conseguiram capturar o pescado concentrado nas proximidades da ilha. Também mencionou a qualidade do pescado deste ano, com peixes maiores, mas apontou que a falta de estabelecimentos formais para desembarque dificultou o monitoramento adequado dos desembarques.

O Senhor Marcos Manoel Domingos (APPAECSC) ressaltou que embora algumas verificações tenham sido realizadas, a implementação do sistema de monitoramento não ocorreu conforme o planejado, resultando em perda de dados importantes para a gestão. Comentou sobre as falhas no sistema eletrônico de controle e a necessidade de realizar o procedimento de seleção de embarcações com mais



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

antecedência, evitando que pescadores fiquem dependentes de vagas remanescentes quando a safra já está em andamento. Apesar das dificuldades, ressaltou que houve uma grande disponibilidade de recursos nesta safra, o que requer uma análise mais eficaz das estratégias de gestão para atender as necessidades de todas as comunidades tradicionais. Defendeu a importância de um sistema rigoroso de rastreabilidade para a comercialização do pescado e destacou o comprometimento da pesca artesanal em Santa Catarina com sistemas de controle e monitoramento.

O Senhor Marcos Manoel Domingos (APPAECSC) apontou uma discrepância entre o volume registrado e o efetivamente observado para a frota, sugerindo que as políticas de gestão devem considerar a demanda não atendida e ajustar o volume disponível para todos os setores envolvidos. Marcos também alertou que a atual gestão desigual do recurso pode comprometer a sustentabilidade da atividade pesqueira.

O Sr. Alex Souza Lira (MPA) explicou que o planejamento inicial era realizar o monitoramento dos portos em parceria com a Univali ou outra instituição em Santa Catarina, mas, devido a questões burocráticas e restrições de tempo, essa parceria não se concretizou. Assim, servidores do MPA e colaboradores da superintendência foram mobilizados para conduzir as atividades. Embora a ação tenha sido importante, Alex Souza Lira (MPA) reconheceu que o monitoramento dos portos não atendeu às expectativas e mencionou que uma avaliação completa dos dados será apresentada em um relatório previsto para outubro. Por fim, destacou que, apesar das limitações, o apoio recebido foi crucial para mapear áreas e que, com mais tempo, seria possível expandir essas ações. Também comentou que o monitoramento tem sido eficaz em outras modalidades pesqueiras, como as relacionadas a atuns.

A Senhora Cida (UAPI) destacou a importância da participação da associação nas reuniões, enfatizando a contribuição das embarcações de Laguna no emalhe anilhado e a seriedade nas discussões, especialmente sobre a pesca artesanal. Expressou preocupação com a mudança nas cotas e ressaltou a necessidade de categorizar as embarcações em diferentes grupos, evitando a inclusão de



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

embarcações menores e maiores na mesma cota e mencionou que, em uma análise local, 8 embarcações em Laguna não capturaram tainha, resultando em prejuízos.

A Senhora Cida (UAPI) mencionou dificuldades na inserção de dados e a urgência de um prazo mais longo para esse processo e o entendimento de situações em que não foi possível fazer o registro no prazo correto. Comentou sobre os atrasos nas vagas remanescentes gerando prejuízos aos pescadores e pediu ajustes nas portarias para evitar problemas futuros e destacou a insatisfação com o licenciamento e documentação, enfatizando que pescadores não devem ser penalizados por falhas no sistema. Destacou a necessidade de compromisso das instituições que representam a pesca artesanal e apresentou exemplos de pescadores penalizados por problemas alheios.

A Senhora Sandra Silvestre Souza, Secretária Executiva do CPG, tomou nota dos pedidos.

O Senhor Caio Floriano dos Santos (Fórum da Lagoa dos Patos) mencionou que a safra da tainha em 2023-2024 teve uma significativa redução devido às enchentes de setembro de 2023, e os pescadores relataram escassez de peixe na Lagoa. Também alertou que a perspectiva para a próxima safra de tainha não é otimista, considerando o impacto das chuvas na salinidade e na população de peixes na Lagoa dos Patos. Discutiu a importância da água salgada para a pesca e mencionou a necessidade de um debate mais sério sobre os impactos das enchentes e a nova realidade climática, enfatizando a urgência de uma avaliação das medidas de gestão implementadas para a pesca da tainha.

O Senhor Luiz Roberto Louzada Junior (IBAMA) propôs a “artenalização” da pesca da tainha, sugerindo que essa prática seja restrita exclusivamente aos pescadores artesanais. Explicou que a autorização da pesca industrial da tainha foi uma resposta à quebra da safra da sardinha e ao defeso de recrutamento de inverno,



mas, diante da expectativa de uma supersafra de sardinha, a pesca da tainha deveria ser limitada aos artesanais.

O Senhor José Henrique Pereira (CONTTMAF) enfatizou que proibir a pesca não é uma solução viável e que os pescadores enfrentam dificuldades financeiras, mesmo com a abundância de peixes. O Senhor José Henrique Pereira (CONTTMAF) chamou a tainha de "a galinha dos ovos de ouro" para a região, alertando que o futuro da pesca poderia não ser tão favorável quanto o atual. Elogiou a relevância das preocupações levantadas e observou que a Lagoa dos Patos serve como um indicativo da situação pesqueira, lamentando a má safra de camarão. Concluiu reconhecendo os desafios enfrentados pelo setor, enfatizando a necessidade de um esforço conjunto para superar as dificuldades e garantir um futuro sustentável para a atividade pesqueira e alertou que não haverá um Ministério da Pesca focado apenas na pesca industrial ou na aquicultura, e expressou a frustração de que a percepção é de que as necessidades de alguns setores não estão sendo consideradas.

O Senhor Luiz Carlos Machado Matsuda (SINDIPI) discutiu o monitoramento da safra, destacando mudanças em relação a anos anteriores, como a disponibilização da data do SISTAINHA através de portaria, o que beneficiou as empresas e ressaltou o retorno da pesca de cerco industrial como um ponto positivo para o ano atual. No monitoramento dos portos, o Senhor Luiz Carlos Machado Matsuda (SINDIPI) mencionou que, embora o SINDIPI represente a pesca industrial em Itajaí, acompanharam a descarga de uma embarcação de emalhe anilhado, o porto não é frequentemente utilizado para essa modalidade. Destacou que a solução para os problemas da pesca não reside na pesca industrial, evidenciada por relatos do emalhe anilhado, que não tinha uma cota de trabalho definida no ano anterior.

Assim, o Senhor Luiz Carlos Machado Matsuda (SINDIPI) apontou que o problema está na gestão atual, onde um controle rigoroso é aplicado a duas frotas, que representam apenas 10% da captura total de tainha, enquanto o restante da pesca não é monitorado adequadamente. Mencionou que conversas estão em andamento com



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

diversos representantes do setor pesqueiro de Santa Catarina para elaborar uma proposta a ser apresentada no próximo ano, promovendo um diálogo mais próximo entre os setores industrial e artesanal. Enfatizou a necessidade de identificar os problemas reais da pesca e mencionou as regras de captura industrial ao longo do corredor costeiro, que variam de 5 a 10 milhas da costa, dependendo da região. Observou que, em safras anteriores, as embarcações industriais ajudaram a direcionar cardumes para áreas costeiras, beneficiando os pescadores artesanais. A proposta em desenvolvimento busca uma distribuição mais equilibrada dos recursos e será discutida com o setor pesqueiro antes de ser apresentada ao CPG para futuros encaminhamentos.

A SAPESP não se manifestou.

O Senhor Paulo Ricardo Schwingel (Coordenador GTC) abordou a condição climática no Rio Grande do Sul e na região do Rio da Prata, destacando seu impacto na tainha, uma espécie catádroma que migra para o mar apenas para desovar e retorna ao habitat salobro após esse período. Mencionou que a tainha tem uma expectativa de vida de cerca de 10 anos, reproduzindo-se pela primeira vez aos 5 anos. Relatou que durante as enchentes de setembro e outubro de 2023, foram observadas duas consequências: a primeira foi uma barreira fisiológica causada pela baixa salinidade, dificultando o retorno das tainhas à Lagoa dos Patos; a segunda, a expulsão de peixes de seus habitats habituais, como as marismas, devido ao aumento do nível da água. Uma nova enchente em maio e junho também afetou a região estuarina, antecipando a desova das tainhas e complicando seu retorno, assim como o das larvas.

O Senhor Paulo Ricardo Schwingel (Coordenador GTC) ressaltou que as condições ambientais, inclusive as do Rio da Prata, podem impactar a tainha, mas medir esses efeitos é desafiador, pois não houve monitoramento sistemático anterior. Assim, apenas os efeitos das condições climáticas podem ser observados, sem a capacidade de avaliar sua influência na produção, captura ou estrutura populacional da tainha.



O Senhor Marcos Manoel Domingos (APPAECSC) destacou a diferença nas características das embarcações, que foi amplamente discutida e levada ao governo como um compromisso de trazer as preocupações da base. Relatou que durante uma reunião em Porto Alegre foi apresentada uma proposta para demonstrar que parte da frota de emalhe anilhado tem características diferenciadas e produção limitada, sugerindo a exclusão dessas embarcações das cotas. No entanto, o governo informou que não haveria tempo suficiente para discutir essa exclusão, tornando-a inviável. Também comentou sobre mudanças na norma de ordenamento de 2023 para 2024, que alterou o sistema de punições. A nova norma elimina a punição direta, estabelecendo um sistema de suspensão inicial, seguido por outra suspensão e, se necessário, o cancelamento. Embora essa mudança ainda não seja ideal, representa uma resposta às reivindicações do grupo.

O Senhor Jorge Machado (FNTTAA) expressou sua discordância em relação às últimas declarações do IBAMA sobre a pesca industrial, enfatizando que os trabalhadores dessa área são celetistas registrados e que enfrentam marginalização e conflitos com a Polícia Federal. O Senhor Jorge Machado (FNTTAA) criticou a postura do IBAMA, que, segundo ele, demonstra protecionismo e alertou que a proteção excessiva a uma categoria pode prejudicar os trabalhadores da pesca industrial. Além disso, trouxe à tona a calamidade que afetou o Sul do Rio Grande do Sul e ressaltou que o IBAMA deveria atuar como um suporte aos trabalhadores, em vez de proibir suas atividades.

Em seguida, a Senhora Sandra Silvestre Souza, Secretária Executiva do CPG, lembrou que o momento da reunião era dedicado ao relato das instituições sobre a safra de 2024, pedindo que as discussões sobre quem pode pescar e em que quantidades sejam tratadas em outro momento, para evitar atropelos nas discussões.

Sobre a pesca de tainha, o Senhor Jerri Eduardo Morais (CNPA) explicou que na colônia de pescadores existem duas licenças: a de arrasto e as complementares, usadas quando a pesca de camarão está fechada. No entanto, ele observou que não



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

há tainha para captura em janeiro e fevereiro. Enfatizou a importância da união entre a pesca artesanal e a industrial, defendendo que a divisão entre os grupos prejudica a causa comum. E reconheceu que ambos têm seu espaço, mas que o verdadeiro desafio é proteger o meio ambiente.

O Senhor Caio Floriano dos Santos (Fórum da Lagoa dos Patos) expressou sua frustração com a falta de abertura ao diálogo no GT, onde sentiu que as pessoas escutavam apenas o que desejavam. Ressaltou a importância da união no setor pesqueiro e da disposição para ouvir diferentes opiniões, lembrando que cada setor tem suas regras, como a regulamentação do estuário da Lagoa dos Patos. Mencionou que pescadores da região tentaram discutir a revisão dessa normativa com o MPA, mas o processo não avançou devido a desastres climáticos. Assim, enfatizou a necessidade de um diálogo respeitoso entre os setores, especialmente em tempos de dificuldades.

O Senhor Caio Floriano dos Santos (Fórum da Lagoa dos Patos) levantou a questão do cronograma do GT, destacando que o relatório não deve ser aprovado após o início da safra, pois isso compromete sua eficácia. Além disso, apontou que sua equipe não conseguiu contribuir para o relatório final, pois estavam focados em ajudar as pessoas afetadas pela situação do Rio Grande do Sul e sublinhou que o setor artesanal possui suas próprias regras e que, devido ao regime de cotas, representa apenas 10% do valor total capturado. Logo, destacou a importância de considerar essas estatísticas para evitar um clima de acusações entre setores e promover um entendimento mútuo. Portanto, propôs que reconhecer as regulamentações de cada setor ajudaria a construir um diálogo mais construtivo, promovendo um ambiente colaborativo.

A Senhora Sandra Silvestre Souza, Secretária Executiva do CPG, encerrou a discussão, mencionando a ausência da SAPESP, que não se manifestou.



**3.13. APRESENTAÇÃO SOBRE MONITORAMENTO DA CAPTURA DE TAINHA FORA DA SAFRA - Prof. Jorge Luiz Rodrigues Filho (UDESC) (Coordenador do Convênio com o MPA)**

O professor, Senhor Jorge Luiz Rodrigues Filho (UDESC), da Universidade do Estado de Santa Catarina, destacou a importância da relação entre recursos pesqueiros e indicadores ecológicos. Mencionou que seu trabalho se concentra no monitoramento da captura de tainha fora da safra, enfatizando a importância dessa espécie tanto do ponto de vista ecológico quanto social e econômico. Abordou a complexidade da gestão pesqueira, considerando fatores como mudanças climáticas e a relação entre as capturas de tainha e outros recursos pesqueiros. Destacou a importância do estudo das capturas fora da safra, que podem ser influenciadas por pesca de outras espécies, e mencionou a hipótese de confusão entre tainhas e outras espécies, como os paratis, devido à semelhança morfológica em certos estágios de crescimento. Por fim, o Senhor Jorge Luiz Rodrigues Filho (UDESC) anunciou um estudo que será realizado em 2024 e 2025, focado nas capturas fora da safra em Santa Catarina.

O Senhor Jorge Machado (FNTTAA) comentou que em sua comunidade há a percepção de que as espécies de tainha e curema migram juntas. O professor, Senhor Jorge Luiz Rodrigues Filho (UDESC) explicou que ambas utilizam o sistema lagunar para reprodução, mas com diferenças: as formas jovens da curema tendem a migrar para o interior do rio, enquanto a tainha se desenvolve mais próxima à foz do estuário e destacou que a reprodução da tainha ocorre no mar, com larvas que entram no estuário através de correntes, onde se estabelecem em áreas rasas até atingirem a maturidade e retornarem ao mar.

O professor, Senhor Jorge Luiz Rodrigues Filho (UDESC), também mencionou que o parati se desenvolve no estuário e pode ser capturado tanto em áreas adjacentes quanto dentro dele. Ressaltou que fatores externos, como chuvas e enchentes, impactam o sistema estuarino, alterando a salinidade, e que diferentes espécies



reagem de maneira distinta a essas variações. Durante a discussão, destacou-se que fora do período de safra, tainhas e curemas podem coexistir e serem pescadas juntas, o que pode dificultar a compreensão da dinâmica populacional.

Após a discussão, a Senhora Mariana Martins, Secretária Adjunta, perguntou se havia dúvidas sobre o que foi apresentado, mas como ninguém se manifestou, encerrou a pauta e passou a palavra ao Professor Jorge para sua próxima apresentação.

**3.14. PROJETO DE PESQUISA ENVOLVENDO TAINHA NO ESTADO DE SANTA CATARINA - Secretaria Executiva da Aquicultura e Pesca de Santa Catarina e Prof. Jorge Luiz Rodrigues Filho (Coordenador do Convênio com o MPA)**

O Senhor Tiago Bolan Frigo (Secretaria Executiva da Aquicultura e Pesca de Santa Catarina) iniciou a reunião ressaltando a importância de discutir questões relacionadas à tainha e apresentou duas frentes de atuação do governo do estado. A primeira é a criação da Secretaria de Agricultura e Pesca, que elaborou um edital junto à FAPESC para o projeto Bio Pesca, com investimento de cerca de R\$ 2 milhões, em colaboração com a UDESC. A segunda frente envolve pesquisas sobre a tainha no Lago do Sapiens Parque, em Florianópolis, onde será lançado um edital da FAPESC para estudar a tainha em um ambiente controlado de baixa salinidade, utilizando alevinos da Universidade Federal de Santa Catarina, com foco no desenvolvimento da espécie e em ações de repovoamento no mar.

O Senhor Tiago Bolan Frigo (Secretaria da Aquicultura e Pesca de Santa Catarina) passou a palavra ao Professor Jorge, que apresentou um novo projeto em Santa Catarina, associado a um edital da FAPESP em parceria com a Secretaria. O professor, Senhor Jorge Luiz Rodrigues Filho (UDESC), explicou que o projeto se concentra na biologia populacional de recursos pesqueiros e é coordenado por ele e uma equipe de professores de várias instituições. Ressaltou que o projeto visa estudar aspectos básicos, como a relação entre o peso de peixes adultos e suas características



biológicas, que ainda são pouco documentadas. Destacou que o objetivo é realizar um estudo abrangente sobre a biologia pesqueira dos principais recursos em Santa Catarina, incluindo a tainha, reconhecendo sua relevância social, cultural e econômica.

O Senhor Jorge Machado (FNTTAA) destacou que, nos últimos dez anos, o Rio Bertioga, rico em espécies como camarão, tem sofrido impactos negativos devido a dragagens, com poucas ações efetivas tomadas em resposta às queixas dos pescadores artesanais. E enfatizou a necessidade de implementar um modelo de pesquisa na área, considerando o rio como um berçário e apontou o assoreamento como um fator agravante.

O professor, Senhor Jorge Luiz Rodrigues Filho (UDESC), mencionou que, acompanha o debate sobre a dragagem de lagoas costeiras, que estão assoreando e precisam de lâmina d'água para permitir a entrada dos peixes. E alertou que é crucial entender o que há nos sedimentos e o destino desses materiais após a ressuspensão antes de qualquer dragagem, pois isso pode impactar a vida aquática de maneiras diferentes.

O Senhor Luiz Carlos Machado Matsuda parabenizou Senhor Jorge Luiz pelas apresentações, expressando satisfação com as iniciativas do governo federal e estadual, e ressaltou a importância da colaboração do setor público na disponibilização de informações sobre várias espécies. O Senhor Antônio Alberto (ICMBIO) também elogiou a iniciativa do governo estadual e questionou sobre a coleta de dados em unidades de conservação federal.

O professor, Senhor Jorge Luiz Rodrigues Filho (UDESC), agradeceu ao Senhor Antônio Alberto (ICMBIO) pela pergunta e explicou que o edital exigia um estudo regional de recursos pesqueiros, que demandava a escolha de áreas específicas para coleta de informações, como na pesca de camarão, siris e elasmobrânquios no estado. Assim, mencionou que, embora houvesse uma divisão entre os recursos estaduais, dados estavam sendo coletados em várias regiões, com foco no centro-sul e centro-



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

norte, utilizando duas equipes de campo. E ressaltou que coletas estavam sendo realizadas na APA da Baleia Franca com auxílio dos pescadores.

O Senhor Marcos Manoel Domingos (APPAECSC) comentou sobre a importância dos projetos para a gestão pesqueira em Santa Catarina, agradecendo aos esforços do governo estadual e federal. O Senhor Marcos Manoel Domingos (APPAECSC) levantou uma dúvida sobre a metodologia para diferenciar os mugilídeos. Para tanto, o Senhor Jorge Luiz Rodrigues Filho (UDESC) respondeu que a identificação utiliza chaves taxonômicas que consideram aspectos morfológicos, e que amostragens cegas para análises genéticas estão sendo realizadas em parceria com a universidade.

O Senhor Luiz Roberto Louzada Junior (IBAMA) parabenizou as equipes pelo projeto, expressou satisfação com a pesquisa, destacando a importância de trabalhar com espécies ameaçadas e recomendou a solicitação da autorização do SISBIO, ressaltando a necessidade de incluir pescadores na autorização para protegê-los em fiscalizações. O Senhor Jorge Luiz Rodrigues Filho (UDESC) confirmou que a autorização já foi obtida, mas optaram por não incluir pescadores neste momento, recomendando que a equipe sempre esteja acompanhando os pescadores para evitar sanções.

O Sr. Rodrigo (AMFRI) enfatizou a importância de reunir todos os atores, incluindo sindicatos e técnicos, para garantir uma discussão ampla e justa e ressaltou a necessidade de ouvir o setor pesqueiro para compreender suas demandas e buscar soluções para as dificuldades enfrentadas.

O Senhor Paulo Ricardo Schwingel (Coordenador do GTC), por sua vez, destacou a ineditude do projeto, que é o primeiro de grande magnitude com apoio do governo do estado, e mencionou que está em seu primeiro ano de amostragem, com a expectativa de gerar dados para a gestão dos recursos pesqueiros. O Senhor Paulo Ricardo Schwingel (Coordenador do GTC) anunciou que fará visitas às entidades



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

pesqueiras na região de Itajaí e convidou todos a visitarem o laboratório da Univali para esclarecer dúvidas e acompanhar análises.

O Senhor Jorge Luiz Rodrigues Filho (UDESC) destacou que a coordenação do projeto é colaborativa e que, apesar de ainda haver muito a ser feito, um dos objetivos de capacitar e criar uma rede de pesquisadores já foi alcançado. Finalizou dizendo que o foco é gerar dados e apresentar os resultados aos diferentes atores envolvidos.

O Senhor Paulo Ricardo Schwingel (Coordenador do GTC) destacou a importância da qualificação de profissionais no projeto, mencionando que a pandemia reduziu o número de especialistas em recursos pesqueiros nos últimos anos e afirmou que o projeto garantirá futuras equipes para pesquisa pesqueira em Santa Catarina e no Brasil.

O Senhor Alex Souza Lira (MPA) parabenizou as apresentações e enfatizou a relevância do projeto, destacando a escassez de secretarias voltadas para pesca no Brasil e a importância de desenvolver pesquisas para gerar dados. O Senhor Alex Souza Lira (MPA) mencionou a falta de informações básicas, o que dificulta a avaliação de estoques pesqueiros, e considerou o projeto valioso por buscar dados fundamentais para modelos complexos. Ademais, perguntou sobre a duração do projeto e sobre o motivo de não inclusão da sardinha no projeto.

O Senhor Jorge Luiz Rodrigues Filho (UDESC) informou que o projeto tem duração de dois anos, com coletas até maio do próximo ano, e previsto para se estender até dezembro de 2025. Também comentou que a sardinha não estava incluída no edital do projeto, mas que novos equipamentos permitirão avançar nos estudos populacionais.

O Senhor Alex Souza Lira (MPA) ressaltou que sua pergunta sobre a sardinha surgiu de discussões anteriores e lembrou que a Oceana sugeriu a possibilidade de apoio do MPA para ajudar no processamento das amostras. Destacou a importância do primeiro projeto apresentado, especialmente em relação à pesca da tainha e às



discussões anteriores sobre incertezas em períodos de captura. Mencionou que os resultados do projeto poderiam validar os relatos dos pescadores sobre a situação das capturas, o que impactaria as cotas de pesca.

O Senhor Alex Souza Lira (MPA) questionou sobre a realização de estudos de morfometria, e o professor, Senhor Jorge Luiz Rodrigues Filho (UDESC), confirmou que o foco seria em genética e identificação taxonômica.

O Senhor Jorge Luiz Rodrigues Filho (UDESC) refletiu sobre possíveis alterações na seleção de municípios para o estudo, o que permitiria a inclusão de metodologias previamente discutidas, mas não implementadas, como a morfometria.

O Senhor Paulo Ricardo Schwingel (Coordenador do GTC) mencionou que está mantendo algumas amostragens no laboratório, mas não possui um projeto financiado para estudos biológicos, dependendo de patrocínios da indústria, como a Camil e a Nauterra. Mencionou também que olhando os dados da tainha fora da safra pode se questionar se a exploração do recurso pode estar excedendo limites biológicos. Logo, propôs discussão sobre a última avaliação de estoque para esclarecer dúvidas sobre a origem dos dados, especialmente em relação aos estoques brasileiro e uruguaio-argentino.

A Senhora Sandra Silvestre Souza, Secretária Executiva do CPG, então, finalizou a pauta.

### **3.15. METODOLOGIA E RESULTADOS DO TAINHÔMETRO EM FLORIANÓPOLIS - Subsecretaria de Pesca, Maricultura e Agricultura da Prefeitura de Florianópolis.**

A Senhora Fernanda (Subsecretaria de Pesca, Maricultura e Agricultura da Prefeitura de Florianópolis) apresentou a "Metodologia e Resultados do Tainhômetro em Florianópolis", destacando a tradição e importância econômica da pesca da tainha na região. Explicou que a pesca ocorre principalmente entre maio e junho, utilizando



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

técnicas tradicionais, como o arrasto de praia e destacou que a Prefeitura de Florianópolis apoia a atividade, fornecendo infraestrutura, como iluminação e banheiros, durante a safra. Explanou que o Tainhômetro é uma ferramenta online criada para registrar a quantidade de tainhas pescadas em mais de 20 praias, com o objetivo de monitorar a safra, envolver pescadores e promover a transparência. Ressaltou que foi lançado oficialmente em 2021 e visa também reconhecer a tradição da pesca na comunidade. Mencionou que os dados são fornecidos por pescadores e monitorados pela Prefeitura e a ferramenta busca aumentar a participação comunitária, facilitando o acompanhamento da safra por turistas e moradores, enquanto destaca a relevância cultural dessa prática pesqueira.

A Senhora Sandra Silvestre Souza, Secretária Executiva do CPG, questionou sobre a obrigatoriedade do fornecimento de dados para o Tainhômetro, ao que Senhora Fernanda (Subsecretaria de Pesca, Maricultura e Agricultura da Prefeitura de Florianópolis) respondeu que não há obrigatoriedade e que a participação dos ranchos foi gradual. A Senhora Fernanda (Subsecretaria de Pesca, Maricultura e Agricultura da Prefeitura de Florianópolis) mencionou que o Tainhômetro começou como uma iniciativa simbólica, focada mais em turismo do que na criação de uma base oficial de dados, mas agora busca obter informações mais precisas.

Quando a Senhora Sandra Silvestre Souza, Secretária Executiva do CPG, perguntou se o Tainhômetro incluía apenas os ranchos de Florianópolis, Fernanda confirmou que sim, embora o IDP da Pesca colete dados em todo o estado.

O Senhor Roberto Gallucci (MMA) parabenizou Fernanda e questionou sobre parcerias técnicas, sugerindo que isso poderia padronizar as informações e expressou esperança de que mais municípios participem no futuro. A Senhora Fernanda (Subsecretaria de Pesca, Maricultura e Agricultura da Prefeitura de Florianópolis) afirmou que ainda não há parcerias técnicas ou científicas, mas que essa necessidade ficou evidente na última safra, que foi desgastante para todos os envolvidos.



Mencionou que atualmente há uma parceria com a Epagri e que a equipe está buscando maneiras de criar um regulamento mais efetivo e técnico.

O Senhor Alex Souza Lira (MPA) parabenizou a Prefeitura de Florianópolis pela iniciativa e questionou sobre a coleta de informações além do número de indivíduos, como o peso médio dos peixes. A Senhora Fernanda (Subsecretaria de Pesca, Maricultura e Agricultura da Prefeitura de Florianópolis) respondeu que atualmente apenas o número é registrado.

O Senhor Alex Souza Lira (MPA) enfatizou a relevância das informações coletadas para controle e monitoramento, e sugeriu a possibilidade de monitorar a pesca de arrasto de praia em um contexto mais amplo. Destacou que já que a adesão está crescendo um regulamento mais específico poderia aumentar ainda mais essa participação, beneficiando a coleta de dados.

O Senhor Jorge Luiz Rodrigues Filho (UDESC) parabenizou Fernanda e sugeriu futuras parcerias com a UDESC para melhorar a entrada de dados, beneficiando tanto a prefeitura quanto os projetos universitários. A Senhora Sandra Silvestre Souza, Secretária Executiva, agradeceu os comentários e encerrou a discussão.

### **3.16. INFORMES SOBRE O GRUPO DE TRABALHO DA TAINHA (informação) - Secretaria Nacional de Pesca Artesanal (SNPA)**

O Senhor Jocemar Mendonça (MPA) apresentou o GT da Tainha explicando que o grupo está ativo desde o ano passado e visa melhorar a gestão do setor pesqueiro. Explicou que a tainha, um recurso pesqueiro vital na região sul do Brasil, é tradicionalmente associada ao arrasto de praia e enfatizou a necessidade de repensar a gestão da tainha à luz das discussões atuais. Relatou que até agora, o grupo realizou 10 reuniões em diversos estados para entender as necessidades dos pescadores e buscar soluções sustentáveis. Como resultado dessas discussões, foram propostas nove ações que orientarão a regulamentação da atividade pesqueira neste ano.



## MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Senhor Wilson Santos (SINDIPI) iniciou sua fala parabenizando as apresentações anteriores e esclarecendo a discussão sobre a proporção de ovas na tainha, que varia entre 4% e 5% e destacou que essa proporção é independente do tamanho do peixe. Em relação à sugestão do IBAMA de transformar a pesca da tainha em uma atividade exclusivamente artesanal, o Senhor Wilson Santos (SINDIPI) explicou que a sugestão foi baseada em uma premissa incorreta, pois antes de 2003, já não havia defeso da sardinha no meio do ano, permitindo sua captura. Também comentou que safras altas não são incomuns, citando dados de 25 anos de captura e exportação de ovos, que mostram grandes safras em anos anteriores, como 2007 e 2018. Por fim, convidou os participantes a analisarem um estudo que enviou, detalhando capturas mensais ao longo de 25 anos e enfatizou a importância da colaboração entre academia e governo.

### **3.17. DEMAIS PLEITOS DE ORDENAMENTO DOS RECURSOS PESQUEIROS PELÁGICOS DAS REGIÕES SUDESTE E SUL**

O Senhor Marcos Manoel Domingos (APPAECSC) expressou a necessidade de retomar a discussão sobre o emalhe diversificado em Santa Catarina, em função das pescarias ocorrerem por safra e questionou o andamento do tema e se já há uma proposta de discussão ou um evento planejado com um grupo de trabalho para tratar dessa questão.

A Senhora Sandra Silvestre Souza, Secretária Executiva do CPG, esclareceu que os Ministérios envolvidos estão colaborando para revisar e estabelecer modalidades de pesca tanto na área continental quanto na pesca marinha, incluindo questões abordadas na Portaria SAP/MAPA nº 1448, de 2022. A Senhora Sandra Silvestre Souza, Secretária Executiva do CPG, sugeriu que qualquer demanda específica fosse encaminhada via e-mail ao CPG.

### **3.18. RECOMENDAÇÕES**



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

RECOMENDAÇÃO	RESPONSÁVEL (Nome/instituição)	PRAZO PARA ATENDIMENTO*
REC 1/2024: Avaliar a possibilidade de flexibilizar o número de amostras e periodicidade da amostragem, considerando mínimo de uma amostragem mensal, nas indústrias pesqueiras, conforme previsto no § 3º do art. 3º da IN SAP/MAPA nº 18, de 2020, baseado em condições ambientais, características da safra, capacidade de processamento e avaliação técnico-científica.	MPA e MMA	Até janeiro de 2025
REC 2/2024: Após recebimento do Parecer do GTC Pelágicos SE/S sobre a Rec 1/2023 (Analisar a possibilidade de revogação do art. 2º da IN IBAMA nº 16, de 2009, em relação ao período de defeso para a captura de sardinha verdadeira como isca para a pesca de vara e isca viva, de acordo com o período de defeso estabelecido na IN SAP/MAPA nº18, de 2020), avaliar a possibilidade de suspensão temporária de 2 anos do período de defeso da sardinha verdadeira para isca viva pela frota 1.13, mediante reavaliação periódica pelo	MPA, MMA e GTC Pelágicos SE/S	Até dezembro de 2024



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

GTC Pelágicos SE/S.		
REC 3/2024: Encaminhar para o e-mail cpg-pelagicos-ses@mpa.gov.br, até 1º de novembro de 2024, propostas sobre medidas de ordenamento para a pesca de sardinha ao sul do limite do Cabo de Santa Marta, considerando possíveis conflitos com outras frotas (ex.: anchova, corvina, espécies ameaçadas), área de operação, características das redes, áreas de exclusão, etc., relativo à possibilidade de alteração do art. 1º da IN IBAMA nº 15, de 2009.	Membros do CPG Pelágicos SE/S	Até 1º de novembro de 2024
REC 4/2024: Encaminhar para o e-mail cpg-pelagicos-ses@mpa.gov.br, até 1º de novembro de 2024, propostas sobre alteração da IN nº 4, de 2013.	Membros do CPG Pelágicos SE/S	Até 1º de novembro de 2024.
REC 5/2024: Realizar reuniões com o setor de cerco flutuante de SC e arrasto de camarões sete-barbas para consolidação de proposta de ordenamento para o “arrasto de meia água” do peixe-espada e encaminhar ao CPG Pelágicos SE/S (convidar MPA, IBAMA, MMA, AMFRI).	Secretaria Executiva de Aquicultura e Pesca de SC	Até dezembro de 2024
REC 6/2024: Encaminhar para o e-mail cpg-pelagicos-ses@mpa.gov.br, até 1º de	Membros do CPG Pelágicos SE/S	Até 1º de novembro de 2024



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

<p>novembro de 2024, propostas sobre medidas de ordenamento para a pesca de tainha para a safra de 2025, considerando a manutenção das capturas dentro do Limite Biologicamente Aceitável (LBA).</p>		
<p>*Trata-se do prazo para dar início às tratativas da recomendação.</p>		
<p><b>4. DEFINIÇÃO DATA DA 3<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA DO CPG PELÁGICOS SUDESTE/SUL</b></p>		
<p>Foi decidido em consenso que a próxima reunião será marcada para o mês de</p>		
<p>fevereiro de 2025.</p>		
<p><b>5. ENCERRAMENTO</b></p>		
<p>A Secretária Executiva, Sr. Sandra Silvestre, agradeceu a presença de todos.</p>		
<p>Em seguida, declarou encerrada a 2<sup>a</sup> Reunião Ordinária do CPG Pelágicos S/SE,</p>		
<p>desejando uma boa tarde aos participantes.</p>		